

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I – Cláusulas Jurídicas

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.ª – Objeto e Enquadramento

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas, jurídicas e técnicas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de seguros, pela entidade adjudicante através da contratação de apólices de seguro, conforme se descreve pormenorizadamente na Parte II – Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.
2. O contrato a celebrar abrange a transferência para a seguradora, dos riscos identificados nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos e que decorrem da atividade do Município de Aljezur.
3. O objeto do contrato abrange o cumprimento das especificações técnicas incluídas nas cláusulas presentes na Parte II do presente Caderno de Encargos, com a seguinte composição:

Lote I:

- a) Ramo - Acidentes de Trabalho;
 - i. Trabalhadores que exercem funções públicas;
- b) Ramo – Multirriscos;
- c) Ramo – Roubo;

Lote II:

- a) Ramo - Acidentes pessoais;
 - i. Autarcas;
 - ii. Utentes das Instalações Desportivas, culturais, recreativas e de lazer municipais;
 - iii. Utentes nas iniciativas desportivas, culturais, recreativas e de lazer municipais;
 - iv. Comissão de Proteção a crianças e jovens (CPCJ);
 - v. CEI e CEI+ (Contrato Emprego Inserção) e PROTEL (Programa de Ocupação de Tempos Livres);
 - vi. Programa Estágio Profissional (PEPAL)
- b) Ramo – Automóvel - Frota;
- c) Ramo – Responsabilidade Civil - Extracontratual

Cláusula 2.ª – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos. A sua execução obedece:
 - a) Às cláusulas do contrato, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redação em vigor, e aceites pelo adjudicatário nos termos do respetivo artigo 101.º, e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) Ao CCP;
 - c) À restante legislação e regulamentação aplicável, incluindo o regime subsidiário do direito civil e os regimes específicos relativos à tipologia dos seguros contratados.
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato, para além desse clausulado e sem prejuízo do estabelecido no nº 4 do artigo 96.º do CCP:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, que tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto na alínea b) do nº 5 do artigo 50.º do CCP;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviço;
 - f) Todos os demais documentos referidos no clausulado ou no caderno de encargos com efeitos conformadores do contrato.

Cláusula 3.ª - Modificação objetiva do Contrato

1. O contrato pode ser modificado por acordo entre as partes, quando se verificarem situações anormais e imprevisíveis, de acordo com o art.º 312.º do CCP.
2. A modificação do contrato tem como limite o definido no art.º 313.º do CCP.

Cláusula 4.ª - Interpretação dos documentos que regem o contrato

1. No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas a) a f) do nº 2 da cláusula 2ª, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas a) a f) do nº 2 da cláusula 2ª e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos e aceites de acordo com o disposto nos artigos 99.º e 101.º do CCP.

Cláusula 5.ª – Prazo de vigência

1. O contrato incluindo as apólices que o integram, mantém-se em vigor pelo período de 11 meses, entrando em vigor no dia 01 de Maio de 2020 ou em data posterior caso o processo não se encontre ainda concluído e término a 31 de Março de 2021, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.
2. Durante o período de vigência do contrato deverá o adjudicatário proceder à uniformização dos períodos de vigência de cada uma das apólices, sendo o término das mesmas coincidentes com o término do contrato.

Capítulo II - Representação e controlo da execução do contrato

Cláusula 6.ª – Gestor do contrato

1. A entidade adjudicante, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, designará um Gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

Capítulo III - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do prestador de serviço

Cláusula 7.ª - Obrigações do Prestador de Serviço

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos e nas cláusulas contratuais, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Não efetuar, no decurso da execução do contrato, qualquer alteração às taxas, prémios, coberturas e outras condições acordadas com o Município, com exceção do indicado nos itens seguintes:
 - i. Só são permitidas alterações às taxas das apólices se estas resultarem de disposição legal ou de norma emanada da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
 - ii. Os prémios são suscetíveis de atualização ordinária, em caso de alteração dos capitais seguros, das massas salariais e do número de pessoas seguras, bem como do património móvel e imóvel;
 - iii. As alterações resultantes do enunciado nos itens anteriores darão origem a emissão de recibo de prémio e/ou estorno, independentemente da apólice ser renovável ou temporária.
 - b) São ainda obrigações do adjudicatário:
 - i. Assegurar a emissão das apólices de seguros conforme Plano de Seguros constante na parte II do presente caderno de encargos;
 - ii. Assegurar toda a informação e colaboração necessária com a empresa de mediação ou corretagem de seguros, a qual fará a ligação com a Entidade adjudicante, na qualidade de entidade especializada na técnica seguradora, que apoiará, colaborando com estas em todas as matérias relacionadas com a gestão das apólices, sinistros, análise de riscos e cobrança dos prémios, nos termos do estabelecido na Lei n.º 7/2019 de 16 Janeiro e respetivas alterações

sendo remunerado pela seguradora nos termos do referido diploma legal;

- iii. No caso das apólices de acidentes de trabalho e acidentes de viação, deverão ser disponibilizadas Linhas de apoio, disponíveis 24h/dia, 7 dias/semana;
 - iv. Informar semestralmente a evolução da sinistralidade por ramo, indicando o número de sinistros, indemnizações liquidadas e provisões e a taxa, ao segurado e ou ao seu mediador.
 - v. Dar resposta a qualquer solicitação da entidade adjudicante, no prazo máximo de 24 horas;
 - vi. Comunicar à entidade adjudicante, com uma antecedência mínima de 30 dias, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços definida neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
 - vii. Garantir a correta cessação dos contratos das apólices a descontinuar, para que não exista duplicação de coberturas e respetivos custos, ou falta de cobertura por anulação das apólices existentes antes da entrada em vigor do novo plano de seguros;
 - viii. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - ix. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - x. Ministrar formação aos trabalhadores do Município de Aljezur no âmbito dos seguros, num total de 7 horas (Como proceder em caso de sinistro, preenchimento de participações);
 - xi. Fornecer caixas de primeiros socorros para todos os espaços municipais abertos ao público, rácio de 1 caixa por cada 15 trabalhadores pelo período do contrato;
 - xii. Agregar a cada recibo uma listagem nominal discriminada com preços unitários;
 - xiii. Informar, por escrito, o tomador de seguro, do montante a pagar;
 - xiv. Não poderá verificar-se qualquer exclusão ou alteração das coberturas das apólices apresentadas a concurso e aceites pela entidade adjudicante.
2. Indicar pelo menos 1 clínica/consultório, sediada no Concelho do Tomador de Seguro ou em concelhos limítrofes, para assistir sinistrados.
 3. Indicar pelo menos 1 farmácia sediada no Concelho do Tomador de Seguro, caso não haja acordo nas farmácias do concelho serão aceites os acordos nos concelhos limítrofes de forma a isentar os sinistrados do pagamento das despesas com prescrições médicas, consequência de tais acidentes, sendo as referidas despesas cobradas diretamente pelas farmácias, à seguradora.
 4. As alterações que ocorram nas circunstâncias previstas na subalínea i) da alínea a) do n.º 1 da presente cláusula, produzem efeitos nas datas do vencimento das apólices a que respeitem e devem ser obrigatoriamente comunicadas ao Município de Aljezur com a antecedência mínima de 30 dias, por meio de transmissão eletrónica de dados ou correio registado, ambos com aviso de receção sob pena de ineficácia.
 5. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

6. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 8.ª – Requisitos da prestação de serviços

1. As propostas de cobertura de riscos visam prevenir efeitos emergentes da atividade desenvolvida pela entidade e a ela imputáveis, em matéria de danos corporais e ou materiais que se venham a manifestar sobre o seu património, os seus profissionais, colaboradores, munícipes e população em geral.
2. O adjudicatário, respeitando as especificações técnicas das cláusulas incluídas na Parte II deste Caderno Encargos, deve prestar de forma clara, por escrito, todos os esclarecimentos exigíveis das condições de cada contrato:
 - a) Das exclusões e limitações de cobertura;
 - b) Do montante mínimo do capital nos seguros obrigatórios;
 - c) Do montante máximo a que se obriga em cada período de vigência do contrato;
 - d) Do regime de transmissão do contrato;
 - e) Do modo de efetuar reclamações, dos correspondentes mecanismos de proteção jurídica e da autoridade de supervisão.
3. O Prestador do serviço concorda que, as condições definidas no caderno encargos, prevalecem sobre as condições das apólices.

Cláusula 9.ª – Objeto do Dever de Sigilo

1. O prestador de serviços, os seus trabalhadores e subcontratados devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica, comercial ou outra, relativa ao Município, de que tenham ou possa ter conhecimento por via da execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou da cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou de credibilidade, de prestígio ou de confiança devida às pessoas coletivas.

Cláusula 10.ª - Proteção de dados pessoais de pessoas singulares

1. As partes obrigam-se a aplicar as disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, existentes em Portugal bem como o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao

tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), em relação a todos os dados pessoais por cujo tratamento sejam responsáveis.

Secção II - Obrigações do município

Cláusula 11.ª - Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações emergentes do contrato, o município deve pagar ao prestador de serviços o preço que constar da sua proposta, isento de IVA, em virtude de este não ser legalmente devido.
2. O valor total da proposta adjudicada não poderá ser superior ao preço base, fixado no presente Caderno de Encargos.
3. O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas inerentes à execução do contrato, cuja responsabilidade não seja expressamente ressalvada.
4. Não está incluindo no preço contratual, o acréscimo ou o decréscimo do preço a pagar resultante de:
 - a) Alterações resultantes do indicado nos i e ii da alínea a) do ponto 1 da Clausula 7ª do Caderno de Encargos

Cláusula 12.ª - Preço Base

1. O preço base (preço máximo) que esta entidade se dispõe a pagar pela prestação de serviços, objeto do presente procedimento, é fixado em **€111.000,00** (cento e onze mil euros), isento de Iva, para onze meses, sendo que para cada um dos Lotes, fica definido o preço máximo como a seguir se indica:
 - a) **Lote I** - O preço Base (valor máximo) é de **€50.000,00** (cinquenta mil euros), isento de IVA, para onze meses ;
 - b) **Lote II** - O preço Base (valor máximo) é de **€61.000,00** (sessenta e um mil euros), isento de IVA, para onze meses.
2. Nos termos do n.º 3, do art.º 47.º do CCP, o preço base foi aferido considerando os valores do anterior procedimento, no entanto o mesmo foi incrementado derivado aos seguintes fatores:
 - I. Aumento da frota automóvel;
 - II. Aumento da massa salarial;

Cláusula 13.ª - Condições de Pagamento

1. A quantia devida pelo Município de Aljezur, é paga em conformidade com o disposto nos artigos 299.º e 299-A do CCP, e, com a observância do estipulado nos números seguintes:
2. Em caso de discordância por parte do Município de Aljezur, quanto aos valores indicados nos Aviso/Recibo, deverá este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de novo Aviso/Recibo corrigido.

3. O pagamento do prémio será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da fatura eletrónica e ou dos esclarecimentos de dúvidas referentes às mesmas.
4. A seguradora aceita não proceder à anulação das apólices até 30 (trinta) dias contados a partir da data de vencimento, desde que haja aceitação da dívida por parte do Município, e, o seu compromisso de proceder ao pagamento naquele prazo.
5. Salvo convenção em contrário, os recibos são pagos através de transferência bancária.
6. O pagamento será efetuado trimestralmente para todos os contratos, com exceção do primeiro fracionamento que será **bimensal** ou seja de 01/05/2020 a 30/06/2020, e dos seguros temporários que são de prémio único, não havendo lugar a sobretaxa pelo fracionamento do pagamento
7. Os avisos/recibos apresentados pelo prestador de serviços, a partir de 18 de Abril de 2020, são acompanhados da respetiva fatura eletrónica que, nos termos do artigo 299.º -B do CCP, contenha os seguintes elementos: identificação do processo e da fatura, período de faturação, descrição do co-contratante (entidade, NIPC e morada), descrição do contraente público (entidade, NIPC e morada), indicação do representante fiscal do co-contratante, referência do contrato, condições contratuais de pagamento, discriminação dos valores parciais e total faturados.

Capítulo IV - Cumprimento e incumprimento

Cláusula 14.ª - Âmbito

1. O cumprimento corresponde à realização das prestações a que as partes se encontram vinculadas por efeito do contrato, de forma exata e pontual.
2. Nos termos da lei e do contrato, o incumprimento das obrigações contratuais, por facto que lhe seja imputável, constitui o co-contratante no dever de indemnizar o município, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais administrativas e da resolução sancionatória, conforme se justifique, ou de outras consequências legalmente previstas.
3. As importâncias devidas pelo co-contratante a título indemnizatório ou sancionatório são suscetíveis de compensação nos pagamentos a realizar pelo município, bem como de efetivação através das quantias caucionadas.

Cláusula 15.ª - Caução

- 1 - Não é exigida prestação de caução, conforme disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 16.ª - Aprovação e aceitação da minuta do contrato

1. Em simultâneo com a decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar, aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP, a minuta de contrato a celebrar.
2. Após a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do CCP, a entidade adjudicante notifica-o do local e data em que deve comparecer para a respetiva celebração.

Cláusula 17.ª – Despesas do contrato

1. As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos/taxas legalmente devidos pelo adjudicatário, nomeadamente a taxa de elaboração de contrato no valor de € 48,87, prevista no ponto 9 do Artigo 1º da Tabela Geral de Taxas e Licenças do Município.
2. Correm igualmente por conta do adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da proposta.

Cláusula 18.ª – Penalidades

1. Em caso de incumprimento, em geral, de qualquer obrigação decorrente da lei ou do contrato, o município pode aplicar ao co-contratante uma sanção pecuniária compulsória no valor correspondente a 1‰ do preço contratual, por cada dia em que se mantenha a situação de incumprimento, após notificação para a respetiva supressão.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o município considera, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do co-contratante e as consequências da falta.
3. Sem prejuízo do disposto no nº 3 do artigo 329.º do CCP, o valor acumulado das sanções pecuniárias aplicadas não pode exceder 20% do preço contratual.
4. Sem prejuízo do direito à resolução, e das demais consequências indemnizatórias e sancionatórias, bem como da faculdade estabelecida no artigo 318.º-A do CCP, o incumprimento do contrato legitima, subsidiariamente, o contraente público a adquirir no mercado os serviços em falta, suportando o co-contratante quaisquer custos acrescidos que decorram desse facto, incluindo os relacionados com o eventual acréscimo de preço.
5. Em caso de resolução do contrato pelo município, por facto imputável ao prestador de serviços, este fica obrigado ao pagamento àquele de uma indemnização fixada, a título de cláusula penal, em 10% do preço contratual, sem prejuízo da possibilidade de reclamação de prejuízos para além desse valor, se para tanto existir fundamento, e tendo presente os prejuízos decorrentes para o interesse público.

Cláusula 19.ª - Mora no pagamento

1. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o co-contratante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, calculados à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à verificação da mora.

Cláusula 20.ª - Resolução do contrato pelo contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, e das indemnizações legais e contratuais devidas, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, total ou parcialmente, nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao prestador de serviços;
 - b) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato;

- c) Incumprimento pelo prestador de serviços de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
 - d) Não renovação do valor da caução pelo prestador de serviços, nos casos em que a tal esteja obrigado;
 - e) Se o prestador de serviços se apresentar à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
 - f) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado;
 - g) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no nº 3 do artigo 329.º do CCP.
2. A resolução do contrato produz efeitos trinta (30) dias após a receção da respetiva notificação.

Cláusula 21.ª - Resolução do contrato pelo Adjudicatário

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, o incumprimento por parte do Município, de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem permite ao adjudicatário proceder à resolução do contrato, conforme disposto no art.º 332.º do CCP, devendo para o efeito transmitir a sua decisão por escrito, nos termos previstos no 1.º parágrafo da cláusula 20ª deste caderno de encargos.
- 2. Caso seja fundamentada, a resolução do contrato produz efeitos trinta (30) dias após a receção da respetiva notificação, salvo se o incumprimento se reporte a montantes em dívida já vencidos e neste caso a entidade adjudicante cumpra as obrigações em atraso, no prazo dos trinta (30) dias.
- 3. O direito à resolução é exercido por via judicial, salvo se fundar no incumprimento de obrigações pecuniárias, de acordo com o estabelecido nos números 3 e 4 do art.º 332.º do CCP.

Cláusula 22.ª – Força Maior

- 1. Não podem ser impostas penalizações ao adjudicatário, nem é havida como situação de incumprimento culposos, a falta de realização pontual das prestações assumidas por qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3. Não constituem força maior, designadamente:
 - 3.1 - Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - 3.2 - Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - 3.3 - Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - 3.4 - Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - 3.5 - Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

- 3.6 - Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário, não devidas a sabotagem;
- 3.7 - Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte em prazo razoável, não superior a 48 horas, fazendo-se o oportuno apuramento dos factos e consequências, sob pena de a parte que delas se pretender aproveitar não poder mais invocar os seus direitos, salvo se o caso de força maior a houver também impedido de fazer aquela comunicação.

Capítulo V - Disposições Finais

Cláusula 23.ª - Deveres de colaboração recíproca e de informação

1. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no que respeita à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias de que tomem conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa fé, incluindo os factos suscetíveis de constituir caso de força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer das suas obrigações.

Cláusula 24.ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

1. No âmbito da execução do contrato, é admitida a cessão da posição contratual e a subcontratação, nos termos gerais previstos nos artigos 316.º e seguintes do CCP.

Cláusula 25.ª - Transição dos serviços objeto do contrato

1. Em caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos serviços, para a nova entidade adjudicatária, de modo a que garanta a continuidade dos serviços objeto do contrato, a mínima perturbação destes, e a transição ocorra de forma progressiva e ordenada.

Cláusula 26.ª - Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a co-contratante de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 27.ª - Comunicações e Notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato, por um dos seguintes meios:
 - a) Correio eletrónico com aviso de entrega;
 - b) Fax;
 - c) Carta registada com aviso de receção.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28.ª - Data de efeito da transferência de risco e celebração de contratos

1. As empresas de seguros concorrentes, com as quais o Município de Aljezur tem contratos vigentes à data da publicação do anúncio relativo ao procedimento que subjaz ao contrato a celebrar, e que tenham sido concorrentes no âmbito deste procedimento, aceitam, em simples decorrência desta participação e com dispensa de mais formalidades, a anulação das respetivas apólices, na data de início do contrato que venha a ser outorgado após a adjudicação deste concurso, com estorno dos prémios "Pró Rata Temporis", a 100%.
2. A transferência dos contratos existentes à data da publicação do anúncio do concurso de empresas de seguros que não sejam concorrentes, efetuar-se-á à medida que se vencerem as apólices em vigor na respetiva seguradora. Na presente situação, fica o adjudicatário obrigado a proceder à emissão da nova apólice, após o vencimento da mesma, evitando interrupções da cobertura dos riscos.

Cláusula 29.ª - Avaliação, alocação e gestão dos seguros

1. Após decisão de adjudicação, o Município indicará à Seguradora, de acordo com estabelecido no nº 1 do artigo 48.º da Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, a empresa de mediação de seguros, com quem estabeleceu contrato, que se encarregará de implementar a colocação dos seguros contratados.
2. Após a colocação dos seguros na seguradora adjudicatária, a mediadora de seguros continuará a apoiar o município em tudo que se relacione com a gestão da sua carteira de seguros, desenvolvendo as diligências necessárias à gestão, conferência, atualização e reconversão das apólices, bem como ao acompanhamento e regularização dos sinistros, nos termos da legislação em vigor.
3. Dos trabalhos a desenvolver pela mediadora de seguros não podem resultar quaisquer ónus ou encargos para o município, não podendo igualmente a seguradora adjudicatária invocar a condição da mediadora de seguros, como entidade gestora da carteira de seguros do município, para alterar as condições propostas a concurso.

Cláusula 30.ª - Foro competente

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 31.ª - Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias de feriados.

Cláusula 32.ª - Legislação Aplicável

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se a legislação portuguesa em vigor, nomeadamente o regime previsto do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação.

PARTE II – Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.ª - Composição dos lotes

1. Na sua proposta o concorrente deve cumprir as especificações técnicas indicadas nas cláusulas seguintes, referente aos ramos incluídos em cada um dos seguintes lotes:

Lote I:

- a) Ramo - Acidentes de Trabalho;
 - i. Trabalhadores que exercem funções públicas;

- b) Ramo – Multirriscos;

- c) Ramo – Roubo;

Lote II:

- a) Ramo – Acidentes pessoais;
 - i. Autarcas;
 - ii. Utentes das Instalações Desportivas, culturais, recreativas e de lazer municipais;
 - iii. Utentes nas Iniciativas Desportivas, culturais, recreativas e de lazer municipais;
 - iv. Comissão de Proteção a crianças e jovens (CPCJ);
 - v. CEI e CEI+ (Contrato Emprego Inserção) e PROTEL (Programa de Ocupação de Tempos Livres);
 - vi. Programa Estágio Profissional (PEPAL)
- b) Ramo – Automóvel - frota;
- c) Ramo – Responsabilidade Civil - Extracontratual

Cláusula 2.ª - Características e Especificidades do Plano de Seguros

1. O Plano de Seguros objeto do contrato a celebrar é composto por diversos ramos de seguros os quais se encontram enumerados e caracterizados na cláusula 1.ª da parte II do caderno encargos.
2. Para cada ramo de seguro são indicadas nas cláusulas 3.ª a 8.ª e anexos, as especificações técnicas pretendidas nomeadamente os riscos a segurar, capitais, coberturas, franquias e legislação sempre que relevante.

Cláusula 3.ª - RAMO – Acidentes de Trabalho

I - TRABALHADORES QUE EXERCEM FUNÇÕES PÚBLICAS

1. OBJETO DO SEGURO

- 1.1. A responsabilidade do tomador do seguro pelos encargos provenientes de acidentes de trabalho do pessoal afeto à entidade adjudicante, independentemente do seu vínculo contratual, nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 novembro e respetivas alterações, Código do Procedimento Administrativo, demais legislações em vigor.

2. ÂMBITO DO SEGURO

- 2.1. O Seguro de acidentes de trabalho compreende a transferência em conformidade com os n.º 3 e 6 do art.º 45.º do Decreto-Lei n.º 503/99, para a seguradora da totalidade da responsabilidade que a legislação em vigor (Lei n.º 98/2009, de 04 de Setembro e o Decreto-Lei n.º 503/99 de 20 de Novembro na sua redação atual), atribui ao Município relativamente aos trabalhadores no exercício de funções públicas, que sejam contratados por tempo indeterminado ou determinado, inscritos no regime de proteção social convergente e no regime geral da segurança social, pessoal nomeado em comissão de serviço em cargos dirigentes ou equiparados, bem como os membros do gabinete de apoio ao Presidente da Câmara e à Vereação em consequência de acidentes trabalho. **(Anexo 1)**
- 2.1.1. Os trabalhadores em Funções Públicas a incluir na apólice e as remunerações, subsídios e suplementos, são os que constam nas folhas de férias a fornecer mensalmente pela Câmara à seguradora, considerando a seguinte previsão:
- Volume de salários anuais (14 meses) previsto: 3.511.931,12 €
 - a) Número de trabalhadores é atualmente de: 219 + presidente e 2 vereadores
- 2.2. **Derrogando** o que de contrário se encontra exarado nas condições gerais, prevalecem as disposições do Decreto-Lei nº 503/99, na sua redação atual.
- 2.3. O conceito de Acidente de trabalho e da extensão do mesmo que se pretende garantir é exatamente o que está definido nos artigos 8º e 9.º da Lei nº 98/2009, de 4 de setembro.
- 2.4. Considera-se sinistro, o ocorrido entre a residência habitual ou ocasional, e as instalações que constituem o seu local de trabalho”.
- 2.5. Para efeitos de seguro, o local de trabalho é todo o lugar em que o trabalhador se encontra ou deva dirigir-se em virtude do seu trabalho e em que esteja direta ou indiretamente, sujeito ao controlo do tomador do seguro;
- 2.6. O tempo de trabalho engloba todos os acidentes que possam ocorrer no local de trabalho e durante o período de laboração, o que preceder o seu início, em atos de preparação ou com ele relacionados, e o que se lhe seguir, em atos também com ele relacionados, e as interrupções normais ou forçadas de trabalho, e ainda no percurso de e para o local de trabalho;
- 2.7. O seguro será celebrado na modalidade de prémio variável (Folha de Férias);
- 2.8. No final de cada ano civil será sempre efetuado o acerto relativo ao montante do prémio variável.

3. COBERTURAS E GARANTIAS

- 3.1. Ficam cobertos, os acidentes de trabalho que ocorram em Portugal e, automaticamente os riscos de deslocação e de exercício da atividade profissional ao e no estrangeiro, incluindo ações de formação profissional, por períodos até 30 dias, sem qualquer agravamento tarifário e necessidade de comunicação prévia;
- 3.2. Em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento ficarão a cargo da seguradora;
- 3.3. De acordo com o nº 1 do artigo 7.º e nº 6 artigo 45.º do Decreto-Lei nº503/99, a apólice deve garantir todas as prestações e despesas previstas no referido diploma, sendo nulas as cláusulas adicionais que impliquem redução de quaisquer direitos ou garantias.
- 3.4. O seguro garante a cobertura dos trabalhadores, face aos riscos de Acidentes de Trabalho, os respetivos salários e subsídio de férias e de natal e restantes subsídios com caracter regular;
- 3.5. O adjudicatário assumirá eventuais reembolsos efetuados pela Caixa Geral de Aposentações (C.G.A.) à entidade adjudicante (no âmbito do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro), correspondentes a responsabilidades com eventuais pensões ou subsídios pagos pela C.G.A. ao abrigo do disposto nos artigos 34.º, 35.º, 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, nos sinistros ocorridos ao abrigo deste contrato;
- 3.6. Os trabalhadores têm direito à reparação, em espécie e em dinheiro, dos danos resultantes de acidentes em serviço, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, e demais alterações;
- 3.7. A entidade adjudicatária assumirá a reparação dos acidentes de trabalho, nomeadamente as lesões corporais, perturbação funcional ou doença que seja consequência de um acidente de trabalho;
- 3.8. O direito à reparação em espécie, consagrado no nº 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua redação atual, deverá contemplar os mínimos exigidos na legislação em vigor, nomeadamente:
 - 3.8.1. Prestações de natureza médica, cirúrgica, de enfermagem, hospitalar, medicamentosa e quaisquer outras, incluindo tratamentos termais, fisioterapia e o fornecimento de próteses e ortóteses, seja qual for a sua forma, desde que necessárias e adequadas ao diagnóstico ou ao restabelecimento do estado de saúde físico ou mental e da capacidade de trabalho ou de ganho do sinistrado e à sua recuperação para a vida ativa, referindo ainda:
 - a) O direito aos aparelhos de próteses e ortóteses abrange os destinados à correção ou compensação visual, auditiva ou ortopédica, bem como a prótese dentária e, ainda, a estética, se justificada;
 - b) A aquisição, renovação ou substituição dos aparelhos referidos anteriormente carecem de prescrição médica fundamentada;
 - c) Quando do acidente resultar a inutilização ou a danificação de próteses ou ortóteses de que o trabalhador já era portador, este tem direito à respetiva reparação ou substituição;

- d) Quando o sinistrado optar por assistência médica particular, tem direito ao pagamento da importância que seria despendida em estabelecimento do serviço nacional de saúde, devendo, para efeitos de reembolso, apresentar os documentos justificativos de todas as despesas efetuadas com o tratamento das lesões, doença ou perturbação funcional resultantes do acidente.
- 3.8.2. A inutilização ou danificação dos óculos do sinistrado em consequência de acidente de trabalho, com ou sem lesão corporal, desde que se traduza em “perturbação funcional” que diminua a sua capacidade de ganho;
- 3.8.3. Pagamento de transporte e estada para observação, tratamento e comparência a juntas médicas ou a atos judiciais, ou seja:
- a) No caso de deslocação da residência ou do local onde o trabalhador se encontre com vista a assistência médica, observação, tratamento, comparência a juntas médicas ou a atos judiciais que implique estada, este tem direito ao pagamento da correspondente despesa, até ao limite do valor previsto para as ajudas de custo dos trabalhadores com a posição remuneratória superior ao nível remuneratório 18 da escala salarial do regime geral, salvo se a sua condição de saúde, medicamente fundamentada, justificar despesas de montante mais elevado;
 - b) A seguradora responsabiliza-se por facultar aos sinistrados o meio de transporte necessário e adequado para as deslocações que forem necessárias à sua total recuperação, sem que haja qualquer forma de pagamento adiantado pelo sinistrado e/ou segurado.
 - c) Quando o médico assistente ou a junta médica declarar que o estado de saúde do trabalhador o exige, há lugar ao pagamento das despesas de um acompanhante, nas mesmas condições das estabelecidas para o trabalhador.
- 3.9. A reparação em dinheiro de acordo com o nº 4 do artigo 4.º do Decreto-lei nº 503/99, compreende nomeadamente:
- 3.9.1. O pagamento das indemnizações processadas ao abrigo das garantias de incapacidade temporária (IT's) de acordo com o definido nos artigos 15.º e 19.º do Decreto-Lei nº 503/99.
 - 3.9.2. O pagamento das indemnizações visa repor ao Município o valor referente aos encargos deste para com o trabalhador, devidamente indicados nas folhas de férias, que incluem o salário base, os valores correspondentes aos subsídios e suplementos regulares, inclusive o subsídio de refeição, considerando os valores ilíquidos e incluindo o valor correspondente aos subsídios de férias e de Natal se o período de ITA for igual ou superior a 30 dias.
 - 3.9.3. A reposição é paga diretamente ao Município, uma vez que esta entidade assegura o pagamento do salário e subsídios por inteiro, quando os trabalhadores se encontram temporariamente incapacitados para o trabalho por Acidente de Trabalho;
 - 3.9.4. Indemnização em capital ou pensão vitalícia correspondente à redução na capacidade de trabalho ou de ganho, no caso de incapacidade permanente;

3.9.5. Pagamento mediante validação médica do subsídio por assistência de terceira pessoa, resultante de acidente que não permita ao trabalhador praticar com autonomia os atos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da vida quotidiana sem assistência permanente de outra pessoa:

- a) Consideram-se necessidades básicas os atos relativos à alimentação, locomoção e cuidados de higiene pessoal;
- b) O familiar do dependente ou quem com ele coabite, que lhe preste assistência permanente, é considerado terceira pessoa;
- c) O montante mensal do subsídio corresponde ao valor da remuneração paga a quem preste a assistência, com o limite da remuneração mínima mensal garantida para os trabalhadores do serviço doméstico.

3.9.6. Subsídio para readaptação de habitação;

3.9.7. Subsídio por situações de elevada incapacidade permanente;

3.9.8. O pagamento de um subsídio por morte do trabalhador aos seus familiares, correspondente a 12 vezes o valor da remuneração mínima mensal mais elevada à data da morte, exceto se o subsídio por morte previsto no Decreto-Lei nº 223/95, de 08 de Setembro (6 vezes o valor da remuneração mensal do sinistrado suscetível de desconto para a Caixa Geral de Aposentações), for superior, caso em que será este último a pagar, de acordo com o nº 3 e nº 5 do artigo 18.º do Decreto-Lei nº 503/99;

3.9.9. O pagamento das despesas de funeral do trabalhador falecido até ao limite de 4 vezes o valor da remuneração mínima mensal mais elevada à data do acidente ou até ao dobro em caso de transladação, a quem provar ter efetuado a despesa, exceto se ao reembolso das despesas de funeral for aplicável o disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei nº 223/95 de 8 de Setembro, por imposição do nº 1 e nº 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei nº 503/99 de 20 de Novembro;

3.9.10. Pensão aos beneficiários legalmente reconhecidos, no caso de morte;

3.9.11. Incapacidade temporária;

3.9.12. Incapacidade permanente parcial e absoluta;

3.9.13. Deverá ser disponibilizada uma Linha Acidentes de trabalho, disponível 24h/dia, 7 dias/semana.

3.9.14. Em caso de declínio do sinistro, o segurador fica obrigado a informar o tomador do seguro no prazo máximo de 30 dias a contar da data da receção da participação, tendo que fazer acompanhar esse declínio da documentação em que baseou a decisão.

4. PAGAMENTO DE INCAPACIDADES TEMPORÁRIAS E DESPESAS MÉDICAS

- 4.1. As indemnizações por Incapacidade Temporária (I.T.) serão liquidadas à entidade adjudicante, figurando esta como entidade recebedora, dado que esta repõe o salário (Salário ílquido incluindo os subsídios regulares/constante nas folhas de férias) do trabalhador sinistrado quando este se encontra de baixa por Acidente de Trabalho.

4.2. As despesas médicas ou outras despesas eventualmente suportadas pelo sinistrado deverão ser enviadas e liquidadas diretamente aos respetivos lesados, com comunicação em simultâneo à entidade patronal da liquidação das mesmas.

5. FRANQUIA

5.1. Total isenção de franquias.

6. OUTRAS CONDIÇÕES

6.1. O Segurador, nomeadamente através dos respetivos serviços clínicos, assegurará o preenchimento dos formulários previstos no artigo 51.º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de novembro, que sejam da sua responsabilidade;

6.2. A Seguradora disponibilizará ao Município e/ou ao seu Mediador, a faculdade de participação e consulta de sinistros via internet, possibilitando, o acesso privilegiado a informação sobre sinistros, nomeadamente, abertura de processos de sinistro, estado do processo, indemnizações processadas, entre outras;

6.3. A Seguradora garantirá aos sinistrados o meio de transporte necessário para as deslocações para fora da área do concelho, necessária à sua assistência clínica, sem que o sinistrado tenha que efetuar previamente o pagamento.

6.4. A Seguradora disponibiliza ao sinistrado, a seu pedido, informação sobre a sua situação clínica, inclusive exames e relatórios médicos.

7. ÍNDICES DE SINISTRALIDADE

2017 (Caravela)			01/01/2018 30/04/2018 (Caravela)			01/05/2018 31/12/2018 (Lusitânia)			Até 30/09/2019 (Lusitânia)		
N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.
2	6.324,00 €	37,55%	2	4971,74 €	58%	6	8671,72€	71.09%	6	7.472,80€	48.37%

A apólice atual encontra-se na Companhia de Seguros Lusitânia com o nº 018301381.

Cláusula 4.ª - RAMO – Acidentes Pessoais

I – SEGURO DE GRUPO ACIDENTES PESSOAIS AUTARCAS

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Pretende-se um seguro de acidentes pessoais **sem franquias** em despesas de tratamento para os eleitos dos órgãos Municipais (Câmara e Assembleia) que garanta inclusive a perda de salários e subsídios que o eleito perca na sua atividade profissional em consequência de sinistros ocorridos, quando em serviço dos respetivos cargos, de acordo com o art.º 17.º da Lei n.º 29/87 de 30 de Junho na redação atual. (Anexo 2)

1.2. Para efeito deste seguro são consideradas as seguintes Pessoas Seguras:

Eleitos a tempo inteiro		Coberturas / Capitais	
Presidente	1	. (a) Morte ou invalidez permanente	€210 000,00
Vereadores	2		
a) Total eleitos a tempo inteiro	3	. (b) Despesas de tratamento, até	€21 000,00
Eleitos a tempo parcial		. (b) Incapacidade temporária Subsídio Diário até	€140,00
Vereadores	2		
Membros Assembleia Municipal	19	. Despesas de funeral, até	€3 000,00
Total eleitos a tempo parcial	21		

a) A cobertura de invalidez permanente não se aplica a maiores de 75 anos.

b) Aos eleitos a tempo inteiro não se aplicam as seguintes coberturas: Despesas de tratamento, incapacidade temporária (Sub. Diário), porque estão incluídos na apólice de acidentes trabalho.

1.2.1. Os membros da Assembleia Municipal participam anualmente em 5 sessões ordinárias, podendo existir sessões extraordinárias de acordo como artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que normalmente não ultrapassam 2 a 3 sessões.

1.2.2. Os vereadores em regime de não permanência, participam nas reuniões da Assembleia Municipal, e têm por lei, direito a 32 horas mensais para o desempenho das suas funções.

2. RISCOS COBERTOS

➤ Riscos Profissionais e Extraprofissionais

- Presidente
- Vereadores em Regime de Permanência

➤ Riscos Extra -profissionais (exclusivamente ao serviço do Município)

- Vereadores em Regime de Não Permanência

· Membros da Assembleia Municipal

3. RISCOS A SEGUARAR/ CONDIÇÕES ESPECIAIS

- 3.1. Em caso de acidente, a assistência clínica será prestada na rede convencionada da seguradora, salvo situações de urgência, sem custos de despesas de tratamento para o sinistrado, até ao limite do capital seguro para a cobertura de Despesas de Tratamento. O sinistrado poderá ainda optar pela modalidade de reembolso.
- 3.2. Derrogando o que de contrário se encontrar exarado nas condições gerais, este seguro deverá garantir as consequências que se traduzam em:
 - 3.2.1. Lesões corporais resultantes de cataclismo da natureza, tais como ventos ciclónicos, terremotos, maremotos e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação do raio;
 - 3.2.2. Lesões corporais consequentes de greves, distúrbios laborais, alteração de ordem pública, atos de terrorismo e sabotagem;
 - 3.2.3. Lesões corporais que resultem de asfixia, insolação e afogamento;
 - 3.2.4. Lesões corporais resultantes da utilização, durante as deslocações, de meios normais de transporte, incluindo veículos motorizados de duas rodas e aeronaves comerciais e particulares.
 - 3.2.5. Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
 - 3.2.6. Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses em consequência de acidente com dano corporal;
 - 3.2.7. Despesas de transporte devem considerar-se incluídas no valor das despesas de tratamento. O transporte deve obedecer às condições clinicamente impostas pela natureza da lesão
 - 3.2.8. O subsídio diário é pago durante 365 dias, mediante a apresentação de documentos comprovativos do valor auferido na sua atividade profissional;
 - 3.2.9. Inclusão de pessoas com idade até 85 anos;

4. OUTRAS CONDIÇÕES

- 4.1. Considerando que estamos na presença de um seguro com nomes e que por vezes as pessoas seguras são substituídas temporariamente, por exemplo em caso de doença, no desempenho das suas funções, solicita-se que a seguradora assuma a cobertura de tais substituições temporárias sem exigir a necessidade de comunicação por parte do Município, desde que os números de pessoas seguras não se alterem.

5. ÍNDICES DE SINISTRALIDADE

2017			2018			Até 30/09/2019		
N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.
0	0€	0%	0	0€	0%	0	0€	0%

II – UTENTES DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS, CULTURAIS, RECREATIVAS E DE LAZER MUNICIPAIS;

1. ÂMBITO DO SEGURO

- 1.1. Pretende-se um Seguro de Acidentes Pessoais, sem nomes e sem franquias em despesas de tratamento, para os utentes das instalações desportivas, de acordo com o art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 271/09, de 01 de Outubro, e os artigos 14º e 16º do Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 Janeiro.
- 1.2. Ficam ainda garantidos os danos resultantes de qualquer acontecimento de natureza accidental, sofrido pelas pessoas seguras, verificado durante a utilização de qualquer das infra-estruturas e/ou instalações desportivas, recreativas, de lazer e culturais Municipais, cobertas ou ao ar livre, abertas ao público, incluindo as que se referem no Decreto-Lei n.º 141/2009 de 16 de Junho.
- 1.3. As instalações desportivas e recreativas e o número de utentes para as quais se pretende este contrato são as indicadas no **anexo 3** e nos **anexos 3.1 e 3.2**, onde se encontram descritas as suas características.

2. COBERTURAS / CAPITALS

- Morte	28 141,00€ ^(a)
- Invalidez Permanente	28 141,00€ ^(b)
- Despesas de tratamento até,	4 502,00€
- Despesas de funeral até,	2 251,00€

^(a) Aplica-se a menores de 14 anos de acordo com o Decreto-Lei n.º 72/2008 de 16 de Abril.

^(b) A cobertura de Invalidez Permanente não se aplica a maiores de 75 anos.

3. RISCOS COBERTOS

➤ Extraprofissionais.

4. CONDIÇÕES ESPECIAIS

- 4.1. Em caso de acidente, a assistência clínica será prestada na rede convencionada da seguradora, salvo situações de urgência, sem custos de despesas de tratamento para o sinistrado, até ao limite do capital seguro para a cobertura de Despesas de Tratamento. O sinistrado poderá ainda optar pela modalidade de reembolso.

4.1.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas condições gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- a) Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- b) Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses em consequência de acidentes com danos corporais;
- c) Lesões corporais, incluindo a morte, que resultem de asfixia e afogamento;
- d) Inclusão de pessoas com idade até ao limite de 85 anos;
- e) Despesas de transporte devem considerar-se incluídas no valor das despesas de tratamento. O transporte deve obedecer às condições clinicamente impostas pela natureza da lesão

5. OUTRAS CONDIÇÕES

- 5.1. Atualização automática dos capitais seguros de acordo com o estabelecido no art.º 18.º do Decreto-lei n.º 10/2009 de 12 de Janeiro.
- 5.2. Em caso de sinistro, o tomador do seguro enviará à seguradora, juntamente com a participação de sinistro, prova em como o utente foi sinistrado durante a utilização do espaço e/ou instalação garantida pela apólice. Tal prova, sempre que possível, deverá ser feita através da indicação de quem prestou os primeiros socorros no local de sinistro.

6. ÍNDICES DE SINISTRALIDADE

2017			2018			Até 30/09/2019		
N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.
0	0€	0%	1	1.055,00 €	12,50%	0	0€	0%

III - UTENTES NAS INICIATIVAS DESPORTIVAS, CULTURAIS, RECREATIVAS E DE LAZER MUNICIPAIS;

1. ÂMBITO DO SEGURO

- 1.1. Pretende-se seguro de Acidentes Pessoais, sem nomes e sem franquias em despesas de tratamento, para os participantes nas iniciativas desportivas, culturais, recreativas e de lazer municipais; sob organização do Município, de acordo com os artigos 15º e 16º do Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de Janeiro.
- 1.2. Ficam garantidos os danos resultantes de qualquer acontecimento accidental sofrido pelos participantes envolvidos em atividades suportadas, realizadas, organizadas, promovidas pelo Município no âmbito de acontecimentos ou eventos de carácter desportivo, cultural, musical ou de recreio.
- 1.3. O presente seguro aplica-se a qualquer acontecimento de natureza accidental, sofrido pelas pessoas seguras no decurso das atividades temporárias garantidas, incluindo os acidentes verificados nas deslocações, qualquer que seja o meio de transporte utilizado. No caso, das deslocações serem

realizadas em grupo, esta extensão de cobertura só é aplicável se o acidente se verificar com um veículo do tomador de seguro ou a este cedido ou alugado.

2. ATIVIDADES A REALIZAR

2.1. As atividades a realizar encontram-se descritas no **anexo 4** e prevê-se a participação de cerca de 900 pessoas com idades compreendidas entre os 6 e os 85 anos.

3. COBERTURAS / CAPITALS

- Morte	28 141,00€ ^(a)
- Invalidez Permanente	28 141,00€ ^(b)
- Despesas de tratamento até,	4 502,00€
- Despesas de funeral até,	2 251,00€

^(a) *Aplica-se a menores de 14 anos de acordo com o Decreto –Lei n.º 72/2008 de 16 de Abril.*

^(b) *A cobertura de Invalidez Permanente não se aplica a maiores de 75 anos.*

4. RISCOS COBERTOS

➤ Extraprofissionais

5. CONDIÇÕES ESPECIAIS

5.1. Em caso de acidente, a assistência clínica será prestada na rede convencionada da seguradora, salvo situações de urgência, sem custos de despesas de tratamento para o sinistrado, até ao limite do capital seguro para a cobertura de Despesas de Tratamento. O sinistrado poderá ainda optar pela modalidade de reembolso.

5.2. Derrogando o que de contrário se encontrar exarado nas condições gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- a) Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- b) Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses em consequência de acidentes com danos corporais;
- c) Lesões corporais, incluindo a morte, que resultem de asfixia e afogamento;
- d) Inclusão de pessoas com idade até ao limite de 85 anos;
- e) Despesas de transporte devem considerar-se incluídas no valor das despesas de tratamento. O transporte deve obedecer às condições clinicamente impostas pela natureza da lesão

6. OUTRAS CONDIÇÕES

- 6.1. Atualização automática dos capitais seguros de acordo com o estabelecido no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 10/2009 de 12 de Janeiro.
- 6.2. Em caso de sinistro, o tomador do seguro enviará à seguradora, juntamente com a participação de sinistro, prova em como o utente foi sinistrado durante a realização da iniciativa. Tal prova, sempre que possível, deverá ser feita através da indicação de quem prestou os primeiros socorros no local de sinistro.

7. ÍNDICES DE SINISTRALIDADE

2017			2018			Até 30/09/2019		
N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.
3	4.878,37 €	774%	0	0€	0%	2	2.853,15 €	604%

IV - COMISSÃO DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ)

1. ÂMBITO DO SEGURO

- 1.1. Pretende-se um seguro de acidentes pessoais, sem franquias em despesas de tratamento para 8 comissários com as funções inerentes aos membros da modalidade alargada da CPCJ de acordo com o artigo 18.º da LPCJP (Lei n.º 147/99 de 1 de setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 142/2015 de 8 de setembro).

2. COBERTURAS/CAPITAIS

- Morte	25.000,00 €
- Invalidez Permanente	25.000,00 €
- Despesas de tratamento até,	2.500,00 €
- Incapacidade Temporária – Subsidio diário até	25,00 €

3. AS PRINCIPAIS FUNÇÕES DOS COMISSÁRIOS SÃO NOMEADAMENTE:

- 3.1. Desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem (que, pode ir até aos 21 anos):

3.1.1. São competências da comissão alargada:

- Informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibiliza-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades;
- Promover ações e colaborar com as entidades competentes tendo em vista a deteção dos factos e situações que, na área da sua competência territorial, afetem os direitos e

interesses da criança e do jovem, ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação ou educação ou se mostrem desfavoráveis ao seu desenvolvimento e inserção social;

- c) Informar e colaborar com as entidades competentes no levantamento das carências e na identificação e mobilização dos recursos necessários à promoção dos direitos, do bem-estar e do desenvolvimento integral da criança e do jovem;
- d) Colaborar com as entidades competentes no estudo e elaboração de projetos inovadores no domínio da prevenção primária dos fatores de risco e no apoio às crianças e jovens em perigo;
- e) Colaborar com as entidades competentes na constituição, funcionamento e formulação de projetos e iniciativas de desenvolvimento social local na área da infância e da juventude;
- f) Dinamizar e dar parecer sobre programas destinados às crianças e aos jovens em perigo;
- g) Analisar a informação semestral relativa aos processos iniciados e ao andamento dos pendentes na comissão restrita, sem prejuízo do disposto no artigo 88.º;
- h) Prestar o apoio e a colaboração que a comissão restrita solicitar, nomeadamente no âmbito da disponibilização dos recursos necessários ao exercício das suas funções;
- i) Elaborar e aprovar o plano anual de atividades;
- j) Aprovar o relatório anual de atividades e avaliação e envia-lo à Comissão Nacional, à assembleia municipal e ao Ministério Público;
- k) Colaborar com a Rede Social na elaboração do plano de desenvolvimento social local, na área da infância e juventude.

4. RISCOS COBERTOS

➤ Extraprofissionais

5. CONDIÇÕES ESPECIAIS

5.1. Em caso de acidente, a assistência clínica será prestada na rede convencionada da seguradora, salvo situações de urgência, sem custos de despesas de tratamento para o sinistrado, até ao limite do capital seguro para a cobertura de Despesas de Tratamento. O sinistrado poderá ainda optar pela modalidade de reembolso.

5.2. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas condições gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- a) Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- b) Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses em consequência de acidentes com danos corporais;
- c) Lesões corporais, incluindo a morte, que resultem de asfixia e afogamento;

- d) Despesas de transporte devem considerar-se incluídas no valor das despesas de tratamento. O transporte deve obedecer às condições clinicamente impostas pela natureza da lesão

6. ÍNDICES DE SINISTRALIDADE

2017			2018			Até 30/09/2019		
N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.
0	0€	0%	0	0€	0%	0	0€	0%

V – CEI, CEI + (CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO) E PROTEL (PROGRAMA DE OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES)

1. CEI, CEI + (Contrato Emprego Inserção) e Protel (Programa de Ocupação de Tempos Livres)

1.1. ÂMBITO DO SEGURO

- 1.1.1. Pretende-se um seguro de acidentes pessoais com **nomes e sem franquia**, de prémio único por cada um dos períodos temporais abaixo referidos, destinado a trabalhadores contratados para desempenhar um conjunto de atividades (entre outras, pedreiro, servente pedreiro, cantoneiro de limpeza, motorista de pesados, auxiliar de limpeza, vigilante de crianças e serviços administrativos) no município de Aljezur ao abrigo de contratos de emprego-inserção CEI e CEI+ celebrados com o instituto de emprego e formação e profissional (IEPF), de acordo com a legislação em vigor ou medidas equivalentes.
- 1.1.2. O adjudicatário deverá faturar e emitir a respetiva apólice e recibo em função da comunicação de cada contrato.
- 1.1.3. O número previsto de contratados e as coberturas e capitais são indicados no **anexo 5**.

2. PROTEL (Programa de Ocupação de Tempos Livres)

2.1. ÂMBITO DO SEGURO

- 2.1.1. Pretende-se igualmente um Seguro de Acidentes Pessoais com **nomes e sem franquia**, de prémio único por cada um dos períodos temporais abaixo referidos, destinado os participantes no Programa denominado por “PROTEL” promovido pelo Município. Os participantes terão uma ocupação diária de 4 horas, 5 dias por semana e que poderá incluir fins-de-semana e feriados. Serão desempenhadas pelos participantes, cujas idades variam dos 16 aos 85 anos, um conjunto de atividades, tais como, limpeza de praias e jardins, limpezas gerais, vigilância de parques, vigilância de praias, ações de sensibilização, iniciativas desportivas e culturais, apoio aos Museus, apoio aos turistas, apoio a idosos e crianças, colaboração em programas de animação da autarquia, entre outras de carácter similar.
- 2.1.2. O adjudicatário deverá faturar e emitir a respetiva apólice e recibo em função da comunicação de cada contrato.
- 2.1.3. O número previsto de contratados e as coberturas e capitais são indicados no **anexo 5**.

3. RISCOS COBERTOS

➤ Profissionais

4. OUTRAS CONDIÇÕES

- 4.1. Deverá ser indicada a cotação por pessoa segura para CEI e CEI +, bem como para PROTEL, tendo por base a previsão anual de 30 para CEI (contratos de emprego e inserção), 10 contratados para CEI+ e 140 participantes no PROTEL (**anexo 5**);
- 4.2. O número estimado de contratos anual é o acima referido, servindo assim para o cálculo de um hipotético prémio anual, cujo valor será incluído no preço da proposta apresentada. O adjudicatário deverá contabilizar o preço mais alto do período temporal a multiplicar pela totalidade de pessoas.
- 4.3. O presente contrato tem por objeto a garantia do pagamento de indemnizações até ao limite do capital, em caso de acidente, em consequência, do desenvolvimento da atividade ocupacional, incluindo a deslocação direta entre o domicílio habitual e o local de exercício da atividade ocupacional e o regresso.

5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

5.1. Devem ser indicados prémios para seguros temporários. A proposta a apresentar deverá considerar que os trabalhadores podem ser recrutados para um dos seguintes períodos:

- a) até 30 dias;
- b) de 31 a 90 dias;
- c) de 91 a 180 dias;
- d) de 181 a 270 dias;
- e) de 271 a 365 dias.

5.2. Serão processados estornos dos prémios "*Pró Rata Temporis*" a 100% referentes a recibos liquidados ou a liquidar, cujas pessoas abandonaram ou terminaram antecipadamente, a atividade durante o tempo seguro.

6. CONDIÇÕES ESPECIAIS

- 6.1. Em caso de acidente, a assistência clínica será prestada na rede convencionada da seguradora, salvo situações de urgência, sem custos de despesas de tratamento para o sinistrado, até ao limite do capital seguro para a cobertura de Despesas de Tratamento. O sinistrado poderá ainda optar pela modalidade de reembolso.
- 6.2. Derrogando o que de contrário se encontrar exarado nas condições gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:
- a) Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

- b) Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses em consequência de acidentes com danos corporais;
- c) Lesões corporais, incluindo a morte, que resultem de asfixia e afogamento;
- d) Despesas de transporte devem considerar-se incluídas no valor das despesas de tratamento. O transporte deve obedecer às condições clinicamente impostas pela natureza da lesão

7. ÍNDICES DE SINISTRALIDADE

2017			2018			Até 30/09/2019		
N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.
3	1.451,53€	12%	0	0€	0%	1	345,63 €	27%

VI - PROGRAMA DE ESTÁGIO PROFISSIONAL (PEPAL)

1. Pretende-se um seguro de Acidentes Pessoais, sem franquia em despesas de Tratamento, para a pessoa incluída no programa de estágio profissional, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 166/2014, de 6 de novembro e respetiva regulamentação, nomeadamente as Portarias n.ºs 254/2014 de 9 de Dezembro e 256/2014, de 10 de Dezembro.
2. Pretende-se Prémio Total para um estagiário (**Anexo 5**) .

3. RISCOS COBERTOS

- Profissionais.

4. CONDIÇÕES ESPECIAIS

- 4.1. Em caso de acidente, a assistência clínica será prestada na rede convencionada da seguradora, salvo situações de urgência, sem custos de despesas de tratamento para o sinistrado, até ao limite do capital seguro para a cobertura de Despesas de Tratamento. O sinistrado poderá ainda optar pela modalidade de reembolso.
- 4.2. Derrogando o que de contrário se encontrar exarado nas condições gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- a) Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- b) Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses em consequência de acidentes com danos corporais;
- c) Lesões corporais, incluindo a morte, que resultem de asfixia e afogamento;
- d) Despesas de transporte devem considerar-se incluídas no valor das despesas de tratamento. O transporte deve obedecer às condições clinicamente impostas pela natureza da lesão

5. ÍNDICES DE SINISTRALIDADE

2017			2018			Até 30/09/2019		
N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.
0	0€	0%	0	0€	0%	0	0 €	0%

Cláusula 5.ª - RAMO – Seguro Multirriscos

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO:

- 1.1. Pretende-se uma apólice de seguro, de acordo com as coberturas indicadas no ponto 3 para os edifícios e outras construções, incluindo benfeitorias, bem como respetivos recheios, conteúdos ou equipamentos que façam parte integrante do património imobiliário e mobiliário do Município de Aljezur, de acordo com os **anexos 7 e 8**;
- 1.2. Ficam incluídos na definição acima todos os bens desde que se tratem de utensílios, máquinas, material de exposição e equipamento fixo, móvel ou portátil, mesmo quando em deslocação em qualquer lugar;
- 1.3. Bens de terceiros sob custódia, cuidado ou controle do Município, incluindo objetos e/ou bens para exposição, venda ou consignação, desde que o segurado informe previamente os bens e respetivos valores e o local onde se encontram.

2. LOCAIS DE RISCO

- 2.1. Todo e qualquer local onde o Município possua instalações ou interesses de acordo com os **Anexo 7 e 8**.

3. COBERTURAS

Riscos Cobertos	Limites e sublimites
Incêndio, queda de raio ou explosão;	Cap. Seguro
Tempestades;	Cap. Seguro
Inundações, incluindo os danos em muros, vedações e portões;	Cap. Seguro
Fenómenos Sísmicos	Cap. Seguro

Aluimentos de terras;	Cap. Seguro
Danos causados em muros, vedações e portões;	Cap. Seguro
Greves, Tumultos e alterações da ordem pública	Cap. Seguro
Atos de vandalismo, maliciosos ou de sabotagem	Cap. Seguro
Danos por água, incluindo roturas, entupimentos e remoção de lodo;	Cap. Seguro
Queda de aeronaves;	Cap. Seguro
Choque ou impacto de veículos terrestres ou animais, incluindo os provocados por veículos do segurado	Cap. Seguro
Choque ou impacto de objetos sólidos	Cap. Seguro
Pesquisa de avarias e reparação;	35% do Capital Seguro p/ sinistro e anuidade e p/ local de risco
Avaria de máquinas;	Sub - Limite de 250.000,00 € em capital seguro p/ sinistro e anuidade
Honorários de peritos;	35% do Capital Seguro p/ sinistro e anuidade e p/ local de risco
Furto ou roubo, incluindo roubo de dinheiro em cofre ou caixa e transporte de valores	35% do Capital Seguro p/ sinistro e anuidade e p/ local de risco
Riscos elétricos;	Sub - Limite de 250.000,00 € em capital seguro p/ sinistro e anuidade
Danos causados por fumo	Sublimite de 50.000,00€ por anuidade

Danos causados por queda de granizo, por neve e gelo;	Cap. Seguro
Danos causados por combustão espontânea;	Cap. Seguro
Demolição e remoção e limpeza de escombros;	35% do Capital Seguro p/ sinistro e anuidade e p/ local de risco
Quebra ou queda accidental de vidros, reclamos, anúncios luminosos e espelhos fixos, (pedras de mármore e loiças sanitárias;)	35% do Capital Seguro p/ sinistro e anuidade e p/ local de risco
Quebra ou queda accidental de painéis solares;	35% do Capital Seguro p/ sinistro e anuidade e p/ local de risco
Quebra ou queda accidental de antenas;	35% do Capital Seguro p/ sinistro e anuidade e p/ local de risco
Privação temporária de uso local arrendado ou ocupado;	35% do Capital Seguro p/ sinistro e anuidade e p/ local de risco
Derrame de sistemas hidráulicos de instalações de proteção contra incêndios;	35% do Capital Seguro p/ sinistro e anuidade e p/ local de risco
Bens de terceiros (a) (incluindo exposições) confiados ao segurado;	Sub - Limite de 200.000,00 € em capital seguro p/ sinistro e anuidade Os bens de terceiros serão objeto de informação caso a caso à Seguradora, incluindo bens em exposições
Bens ao Ar Livre (incluindo equipamento e mobiliário urbano)	Sublimite de 50.000,00€ por anuidade
Derrame accidental de óleo;	35% do Capital Seguro p/ sinistro e anuidade e p/ local de risco

Danos ao Imóvel por furto ou roubo;	35% do Capital Seguro p/ sinistro e anuidade e p/ local de risco
Desenhos e documentos e suportes informáticos e livros;	35% do Capital Seguro p/ sinistro e anuidade e p/ local de risco
Danos em bens de senhorio	35% do Capital Seguro p/ sinistro e anuidade e p/ local de risco
Danos em bens transportados;	35% do Capital Seguro p/ sinistro e anuidade e p/ local de risco
Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte;	35% do Capital Seguro p/ sinistro e anuidade e p/ local de risco
Perda de rendas;	35% do Capital Seguro p/ sinistro e anuidade e p/ local de risco
Incêndio de veículos em parque;	35% do Capital Seguro p/ sinistro e anuidade e p/ local de risco
Danos em bens de empregados;	35% do Capital Seguro p/ sinistro e anuidade e p/ local de risco
Responsabilidade Civil – Proprietário	250.000,00€
Danos Estéticos	35% do Capital Seguro p/ sinistro e anuidade e p/ local de risco
Fenómenos Sísmicos	Os capitais e edifícios a segurar são os indicados no <u>anexo 7 e 8.</u>

(a) Os bens de terceiros serão objeto de informação caso a caso à Seguradora.

4. CAPITAIS A SEGUARAR

4.1. Os capitais a segurar são os indicados no anexo 7 e 8, e correspondem aos seguintes valores totais:

- Edifícios e Benfeitorias..... 19.410.932,21€
- Conteúdos e Equipamentos.....4.270.893,39€

4.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no ponto anterior e os indicados nos anexo 7 e 8, prevalecem os indicados nos anexo 7 e 8

5. ATUALIZAÇÃO DE CAPITAIS

5.1. Não haverá atualização anual dos capitais seguros.

6. INDEMNIZAÇÃO NA BASE DO VALOR DE SUBSTITUIÇÃO EM NOVO

6.1. Fica acordado que em caso de sinistro com os bens (recheio, conteúdo ou equipamento) seguros por esta apólice o valor da indemnização corresponde ao valor de aquisição, não podendo ser aplicada desvalorização ou depreciação aos mesmos, nem o valor ser superior ao capital seguro.

7. DERROGAÇÃO DA REGRA PROPORCIONAL

7.1. Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice fica acordado que o segurador prescinde da aplicação da regra proporcional, até á diferença máxima de 10% entre o capital seguro dos edifícios e conteúdos e o respetivo valor de reconstrução e substituição.

8. FRANQUIAS

8.1. Fenómenos Sísmicos: 5% capital seguro, por local risco.

8.2. Restantes coberturas: 10% dos prejuízos indemnizáveis com o mínimo de 100,00€ e o máximo de 20.000,00 €.

9. OUTRAS CONDIÇÕES

9.1. Para reclamações de prejuízos até 1.000,00 euros, antes de aplicação da franquia contratual, a seguradora prescinde do processo de peritagem e aceita processar as indemnizações com base na apresentação de um dos seguintes documentos:

9.1.1. Cópia do orçamento de reparação, em caso de perda parcial;

9.1.2. Em caso de perda total, cópia do recibo de aquisição do bem à data da compra ou cópia do recibo de substituição ou fatura pró-forma, ou cópia da ficha de imobilizado, onde conste a descrição e o valor do bem.

9.2. Para reclamações de prejuízos superiores a 1.000,00 euros e sempre que o Município tome a iniciativa de o solicitar, por dificuldade em obter os documentos necessários à quantificação das perdas, a seguradora compromete-se a efetuar todas as diligências necessárias à apresentação de uma proposta de indemnização, devidamente justificada.

- 9.3. Independentemente do valor da reclamação, a seguradora incluirá sempre no montante a indemnizar, o correspondente valor de IVA, quando este for efetivamente suportado pelo Município, não podendo invocar para tal, a entrega dos originais dos recibos, quando estes forem emitidos à ordem do Município, uma vez que por lei, está vedada a estas entidades a dedução do imposto em causa.

10. RISCOS ELÉTRICOS

- 10.1. Nos termos desta clausula, este contrato cobre também, os danos ou prejuízos causados a quaisquer máquinas elétricas, transformadores, aparelhos e instalações elétricas e/ou eletrónicas e aos seus acessórios, nomeadamente por sobretensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos pela eletricidade atmosférica, curto-circuito, mesmo quando não resulte incêndio.
- 10.2. Ficam derogadas quaisquer limitações de potência dos equipamentos, que estejam previstas nas condições gerais.

11. EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS (BENS PRÓPRIOS OU DE TERCEIROS)

- 11.1. Levando em linha de conta que é impossível ceder uma previsão fiável sobre as exposições, quer irão ocorrer no decurso da vigência do contrato, pretende-se, que o adjudicatário se obrigue a segurar os riscos decorrentes da realização de quaisquer exposições, e respetivo transporte, se necessário.
- 11.2. Relativamente à realização de Exposições Temporárias da responsabilidade do tomador do seguro, nas suas instalações ou outras, aplicam-se as seguintes condições:
- 11.2.1. A apólice “aberta” cobre quaisquer danos provenientes de causa externa aos objetos seguros, excluindo-se apenas os danos de causa interna, nomeadamente o vício próprio;
- 11.2.2. Fica expressamente acordado que o objeto seguro é constituído por objetos do Município, da entidade adjudicante ou de terceiros, temporariamente confiados ao seu cuidado, controle ou custódia;
- 11.2.3. O tomador do seguro facultará ao adjudicatário a relação das obras/bens objeto da exposição, onde será indicado o respetivo valor unitário;
- 11.2.4. Pretende-se também que fique garantido o transporte das peças para o local da exposição e deste para o local de origem, carga e descarga, bem como a montagem e desmontagem.
- 11.2.5. O capital seguro em caso de sinistro corresponderá ao valor indicado na referida relação;
- 11.2.6. No caso de exceder o sublimite previsto, a taxa a aplicar ao valor excedente será a indicada na proposta apresentada a este Concurso Público.
- 11.2.7. A franquia contratual não é oponível aos terceiros lesados. Assim, a seguradora emitirá um recibo de reembolso de franquia, ao Município, a qual providenciará o seu pagamento.

12. ANTIGUIDADES, COLEÇÕES E INSTRUMENTOS SÉRIES

12.1. A utilização ou desaparecimento de qualquer peça, elemento ou objeto que faça parte de um determinado serviço, conjunto coleção, série, etc., será indemnizável na base do valor peça, sem que possa ser tomada em conta a eventual desvalorização que a falta da mesma possa ocasionar ao serviço, conjunto, coleção série, etc., de que faça parte.

12.2. Em caso de sinistro causado por um risco coberto o adjudicatário poderá liquidar as despesas de restauro e/ou reparação, exceto se a desvalorização por parte da qualidade atribuível à mercadoria segura for reconhecida. Caso em que se aplicarão as disposições a seguir mencionadas:

12.2.1. Em caso de se verificar a impossibilidade ou desvantagem económica do restauro e/ou reparação, o adjudicatário obriga-se a indemnizar o tomador do seguro, tendo em conta o valor de mercado dos objetos sinistrados, não podendo o valor ser superior ao valor seguro.

12.3. O atrás referido aplica-se tanto a bens do Município como a bens de terceiros.

13. ÍNDICES DE SINISTRALIDADE

2017			2018			Até 30/09/2019		
N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.
0	0€	0%	0	0€	0%	0	0€	0%

Cláusula 6.ª - RAMO – Roubo

1. Pretende-se segurar os valores em caixa, em cofre e em trânsito.

2. OBJETO SEGURO:

2.1. Cobertura dos riscos inerentes às atividades de tesouraria e cobrança de diversos valores (numerário, cheques e outros meios de pagamento), em vários serviços do Município.

3. COBERTURAS:

3.1. Cobertura do Furto ou Roubo dos Valores, pertencentes ou confiados às pessoas /locais seguros designados pelo Tomador do Seguro, mediante listagem própria.

3.2. Furto ou Roubo, verificado quer nas instalações do Município, quer no decurso do seu transporte, entre instalações municipais, quer de e para instalações bancárias, na sequência de:

a) Assalto;

- b) Acidente de Viação com o veículo Transportador;
- c) Quando efetuado exclusivamente por empregados do segurado constantes da relação anexa que integra a proposta de seguro (com idade obrigatoriamente compreendida entre os 18 e os 70 anos);

3.2.1. O transporte efetuado por duas ou mais pessoas, num único meio de transporte, será considerado um único transporte, seja qual for o montante confiado a cada uma delas;

3.2.2. Doença súbita e grave de qualquer das pessoas seguras;

3.2.3. Roubo praticado durante ou na sequência de:

- a) Tremores de terra, terremotos, erupções vulcânicas, maremotos, e fogo subterrâneo e ainda de incêndio resultante destes fenómenos;
- b) Tufões, ciclones, tornados e toda a ação direta de ventos fortes ou choque de objetos arremessados ou projetados pelos mesmos, sempre que a sua violência destrua ou danifique vários edifícios de boa construção, objetos ou árvores, num raio de 5km envolventes dos bens seguros; (Em caso de dúvida, poderá ser feita prova, por documento emitido pela estação meteorológica mais próxima, que no momento do sinistro os ventos atingiram velocidade superior a 100 km/hora).
- c) Trombas de água ou queda de chuvas torrenciais, precipitação atmosférica de intensidade superior a 10 mm em 10 minutos, no pluviómetro;
- d) Rebentamento de Adutores, coletores, drenos, diques e barragens;
- e) Enxurradas ou transbordamentos do leito de cursos de água naturais ou artificiais;
- f) Atos de vandalismo, maliciosos ou de sabotagem, bem como os atos praticados por qualquer autoridade legalmente constituída (por ocasião das ocorrências atrás mencionadas), para a salvaguarda ou proteção de pessoas e bens;
- g) Ações de greve, “lock-outs”, distúrbios no trabalho, tumultos, motins e alterações de ordem pública, bem como a intervenção de qualquer autoridade legalmente constituída, em virtude de medidas tomadas por ocasião das ocorrências atrás mencionadas para a salvaguarda ou proteção de pessoas e bens.

4. CAPITALS SEGUROS / LOCAIS DE RISCO

Capital Seguro	Local de Risco
€10.000,00	Edifício Paços Concelho
	Piscinas Municipais/Complexo Desportivo
	EB1 de Odeceixe – Cantina
	Museu do Mar e da Terra da Carrapateira

5. FRANQUIAS

5.1. Sem franquias.

6. ÍNDICES DE SINISTRALIDADE

2017			2018			Até 30/09/2019		
N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.
0	0€	0%	0	0€	0%	0	0€	0%

Cláusula 7.ª - RAMO – Automóvel - Frota

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

- 1.1. Pretende-se um seguro do Ramo – Automóvel de acordo com o Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, para a frota automóvel da entidade adjudicante.
- 1.2. A frota automóvel da entidade adjudicante é composta pelos veículos propriedade da mesma, bem como pelas viaturas cedidas por protocolo a esta, e as que se encontram em regime de aluguer longa duração e leasing.
- 1.3. O seguro obriga a reparação dos danos corporais ou materiais causados a terceiros, em que a morte integra o conceito de dano corporal.
- 1.4. Quando o acidente for simultaneamente de viação e de trabalho, aplicar-se-ão as disposições do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, tendo em atenção as constantes da legislação especial de acidentes de trabalho.
- 1.5. O disposto no parágrafo anterior é aplicável, com as devidas adaptações, quando o acidente possa qualificar-se como acidente de trabalho, nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro e demais alterações.

1.6. Pretende-se também que fiquem garantidos os sinistros ocorridos entre viaturas do segurado, ficando fixada a franquia de 2% do valor venal da viatura sinistrada.

1.7. As viaturas a segurar e as coberturas pretendidas são as que constam do **anexo 6** ao presente documento.

2. COBERTURAS PRETENDIDAS

2.1. Responsabilidade Civil;

2.2. Danos Próprios:

- i. Choque, Colisão e/ou Capotamento;
- ii. Furto ou Roubo;
- iii. Incêndio, Raio e/ou explosão;
- iv. Riscos Extraordinários (Fenómenos da Natureza);
- v. Riscos Sociais e Políticos (Atos Maliciosos e de Vandalismo);
- vi. Quebra Isolada de Vidros.

2.3. Coberturas complementares:

- i. Veículo de Substituição ou Privação de Uso pelo período máximo de 30 dias por acidente e avaria/ano, sendo a cobertura efetiva a partir da sua imobilização ou impossibilidade de circulação, sempre que a reparação seja efetuada em oficina recomendada, ou pelo período efetivo de reparação se ocorrer em oficina não recomendada;
- ii. Assistência em viagem km 0 em caso de acidente ou avaria de qualquer tipo;
- iii. Proteção Jurídica.

2.4. Assistência em viagem:

Tipo A - Assistência em viagem, inclui assistência em caso de avaria ou acidente e garante para veículos pesados o transporte do veículo, com o valor de plafond de 500,00 €, para os ocupantes e bagagens com o plafond de 500,00 €. Para veículos ligeiros inclui carro de substituição por avaria ou acidente, a qual será garantida 3 vezes por ano, até 5 dias de cada vez, e, substituição de viatura com iguais características

Tipo B - Inclui assistência em caso de avaria de qualquer tipo (incluindo danos nos pneus) ou acidente e, garante para veículos pesados, o transporte direto do veículo para a oficina pretendida com o valor de plafond de 2 000,00€, e ocupantes e bagagens com valor de plafond de 500,00€. Para veículos ligeiros inclui carro de substituição por avaria de qualquer tipo (incluindo danos nos pneus) ou acidente, a qual será garantida 3 vezes por ano, até 5 dias de cada vez, e, substituição por viatura com iguais características.

2.5. OCUPANTES DE VIATURA

2.5.1. Modalidade: todos os ocupantes (inclusão na apólice de frota)

2.5.2. Coberturas / Capitais

- Morte ou invalidez permanente	15 000,00€
- Despesas de tratamento até,	1 500,00€
- Despesas de funeral até,	1 500,00€

2.6. A apólice de frota deve prever a inclusão e exclusão de viaturas durante a vigência do contrato, garantindo a emissão de recibos de prémio nas mesmas condições do prémio apresentado no concurso, e o estorno a 100% pró-rata.

2.7. Independentemente da periodicidade de pagamento do prémio, as cartas verdes serão emitidas pelo período de um ano.

3. FRANQUIA

3.1. Franquia em danos próprios: será de zero (0%) para veículos até 3 anos de idade, inclusive, e franquias de 2% para veículos de idade superior a 3 anos. Na cobertura de Quebra Isolada de Vidros a franquia é de 0%.

Mantém-se o descrito no número 1.6 da presente cláusula.

4. CONDIÇÕES ESPECIAIS

4.1. Derrogando o que eventualmente consta nas condições gerais da apólice, o seguro deve garantir:

- À data de emissão da apólice e dos continuados, os valores atribuídos ao capital de danos próprios, do seguro facultativo do ramo automóvel, serão ajustados de acordo com a legislação vigente, e, ou proposta da seguradora aceite pelo segurado.
- Para os veículos que beneficiam da cobertura de danos próprios, os extras neles incorporados ficam automaticamente seguros, sem necessidade de serem discriminados e valorizados, desde que a totalidade do capital seguro da viatura inclua o valor de tais extras e o valor do todo, veículo e extras, corresponda à regra do Valor Seguro definida nas Condições Gerais.
- Em caso de indemnização por perda total do veículo seguro, não há lugar a desvalorizações mensais, sendo garantido durante toda a anuidade, o valor seguro na data de início do contrato ou da sua renovação.
- As inclusões e/ou exclusões serão comunicadas pelo segurado, sendo emitido recibo de prémio e/ou de estorno pelo método “pró-rata temporis”.

5. Pretende-se que as condições indicadas nos pontos 1, 2, 3 e 4 desta cláusula sejam garantidas para as viaturas que venham a ser adquiridas, e, incluídas na apólice de frota, no decorrer da vigência do contrato.

6. REGULAÇÃO DE SINISTROS

6.1. No que respeita à gestão dos sinistros automóvel, a seguradora deverá indicar uma linha telefónica privilegiada para o departamento de sinistros, de forma a permitir a marcação de peritagens em 24 horas.

7. ÍNDICES DE SINISTRALIDADE

2017			2018			Até 30/09/2019		
N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.
7	14.741,24 €	52 %	13	25.781,28 €	76 %	8	18.761,37€	68 %

Cláusula 8.ª - RAMO – RESPONSABILIDADE CIVIL - EXTRACONTRATUAL

1. Fica convencionado e aceite por ambas as partes que as condições gerais se consideram derrogadas, em tudo o que for contrário ao disposto nos pontos seguintes.

2. ÂMBITO DA COBERTURA

2.1. Pelo presente contrato ficam garantidos, até aos limites fixados, o pagamento das indemnizações que, ao abrigo da legislação em vigor, sejam exigíveis ao segurado, em consequência de danos decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros, e resultante da atividade do segurado, entendendo-se pela atividade as suas atribuições e competências legalmente definidas na Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na sua atual redação e demais legislação.

2.2. A título enunciativo, o presente contrato de seguro garante o pagamento das indemnizações a terceiros, resultantes das responsabilidades derivadas:

2.2.1. Dos atos, erros ou omissões do segurado;

2.2.2. Dos eleitos no exercício das suas funções;

2.2.3. Da atividade dos trabalhadores do Município no exercício das suas funções;

2.2.4. Dos agentes dependentes e/ou requisitados pelo Município, ao abrigo da legislação em vigor;

2.2.5. De imóveis, propriedade do Município ou locação dos edifícios ou parte dos mesmos ocupados pelos serviços do Município;

2.2.6. Utilização de imóveis de propriedade do Município;

2.2.7. Da execução de trabalhos de construção, ampliação, renovação, conservação, manutenção ou reparação;

- 2.2.8. Utilização de ascensores, monta-cargas, plataformas e escada rolantes existentes nas instalações do município, em instalações usadas como inquilino ou usufrutuário;
- 2.2.9. De máquinas e guas em laboração;
- 2.2.10. De queda de telhas, árvores, andaimes ou quaisquer estruturas em resultado de ação de elementos naturais, desde que em consequência de ações ou omissões do Município;
- 2.2.11. De queda total ou parcial de anúncios ou outros painéis, antenas, parómetros, poste de iluminação, de sinalização, de semáforos, que sejam propriedade do Município ou por ele explorado;
- 2.2.12. De queda de materiais e/ou equipamentos das viaturas do Município quando em circulação desde que não abrangidos pela responsabilidade civil - Automóvel;
- 2.2.13. Equipamentos montados em viaturas de serviço excluídas pela apólice de responsabilidade civil obrigatória do ramo automóvel;
- 2.2.14. De acidentes causados por falta de sinalização, sinalização deficiente, ou por sinalização retirada por terceiros ou ação de elementos naturais, nas vias públicas, municipais e arruamentos nomeadamente;
- a) Trânsito;
 - b) Obras realizadas pelo Município incluindo a montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas amovíveis;
 - c) Derrube e Corte de árvores;
 - d) Por deficiências no estado das vias públicas municipais e arruamentos.
- Esta cobertura tem um sub-limite de 50 000,00€ por sinistro e anuidade.
- 2.2.15. De acidentes causados por deficiências no estado das vias públicas, municipais e arruamentos, por falta de sinalização, sinalização deficiente, ou retirada por terceiros ou por ação de elementos naturais;
- 2.2.16. Do armazenamento, utilização, transporte e lançamento de fogo-de-artifício e foguetes, durante feiras e festas cuja responsabilidade seja imputável ao Município;
- Esta cobertura tem um sub-limite de 50 000,00€ por sinistro e anuidade.
- 2.2.17. De danos causados pela interrupção fortuita da distribuição de água da rede pública desde que decorrentes de ações ou omissões do Município;
- Esta cobertura tem um sub-limite de 50 000,00€ por sinistro e anuidade.
- 2.2.18. De inundações desde que decorrentes de ações ou omissões do Município;

Esta cobertura tem um sub-limite de 50 000,00€ por sinistro e anuidade.

- 2.2.19. Da abertura de valas em obras da responsabilidade da Município, desde que salvaguardada a legislação em vigor, por parte do Município;
- 2.2.20. De danos causados a condutas ou instalações subterrâneas, desde que salvaguardada a legislação em vigor por parte do Município;
- 2.2.21. De danos causados a cabos e instalações aéreas, desde que salvaguardada a legislação em vigor por parte do Município;
- 2.2.22. De danos a imóveis de terceiros, vizinhos das obras desde que na sequência de trabalhos realizados por piquetes de urgência;
- 2.2.23. Da quebra, levantamento de tampas, caixas de visita e sumidouros das redes de saneamento e de águas;

Esta cobertura tem um sub-limite de 50 000,00€ por sinistro e anuidade.

- 2.2.24. Da exploração de lixeiras, aterros sanitários e sistemas de recolha de lixo, nomeadamente operações de recolha, carga e descarga de contentores do lixo;
- 2.2.25. De danos causados por contentores de resíduos sólidos, decorrentes de ações ou omissões do Município;
- 2.2.26. Da organização, promoção e realização de conferências, reuniões, atos culturais, recreativos, desportivos, feiras, festas e mercados, incluindo a utilização de estruturas amovíveis;
- 2.2.27. Da exploração e gestão de escolas, infantários e creches, casa da juventude, centros de dia, cinemas e outros espaços culturais;
- 2.2.28. Da exploração de mercados incluindo camaras frigoríficas decorrentes de ações ou omissões do Município.
- 2.2.29. Da exploração de sistemas de esgotos e águas pluviais;
- 2.2.30. Da exploração e gestão dos sistemas Municipais de água para consumo público.
- 2.2.31. Da exploração de ETAR'S;
- 2.2.32. Corte e abate de árvores quando efetuadas por trabalhadores do segurado e queda accidental de árvores, desde que decorrentes da ação ou omissão do Município;
- 2.2.33. Por uso e/ou utilização de imóveis, instalações ou depósito por parte do segurado na sua qualidade de inquilino ou usufrutuário;
- 2.2.34. Por operações de cargas, descargas e transporte de materiais, produtos ou equipamentos quando inerentes à atividade do segurado;
- 2.2.35. Da propriedade ou guarda de animais
- 2.2.36. Decorrentes da montagem e desmontagem de contadores de água

- 2.2.37. Por intoxicação alimentar provocada por alimentos e/ou bebidas servidas nos refeitórios escolares e instalações de restauração geridas pelo segurado e nos eventos promovidos pelo segurado
- 2.2.38. Em consequência de incêndios e/ou explosão ocorrida nas instalações do segurado;
- 2.2.39. Da propriedade, manutenção e conservação de parques, zonas verdes, espaços ajardinados e zonas arborizadas;
- 2.2.40. Da exploração, manutenção e conservação de parques de estacionamento, garagens, oficinas, estaleiros (considerando-se como terceiros os utentes de quaisquer destas instalações, quer sejam ou não funcionários do tomador) e postos abastecedores de combustíveis, para abastecimento próprio;
- 2.2.41. Em bens ou objetos de terceiros que estejam confiados, alugados ou arrendados ao segurado pela guarda, utilização, trabalho ou outro fim;

Esta cobertura tem um sub-limite de 75 000,00€ por sinistro e anuidade.

- 2.2.42. Dos danos causados por poluição, contaminação de solo, das águas ou da atmosfera, em consequência de um acontecimento imprevisto, súbito e não intencional decorrente da atividade do Segurado, incluindo o custo de remoção, neutralização, anulação ou limpeza das substâncias de poluição ou contaminação. Ficam também garantidos os danos resultantes da aplicação de produtos de acordo com o Decreto-Lei n.º 173/2005 de 17 Outubro na sua redação atual.

Esta cobertura tem um sub-limite de 75 000,00€ por sinistro e anuidade.

- 2.2.43. As indemnizações que por decisão judicial sejam devidas, pelo Segurado aos lesados e, ou seus herdeiros por danos não patrimoniais decorrentes de lesões corporais sofridas em consequência de acidente;

Esta cobertura tem um sub-limite de 75 000,00€ por sinistro e anuidade.

- 2.2.44. De deficientes condições de instalação e manutenção dos equipamentos desportivos, conforme art.º 11.º do Decreto-lei n.º 100/2003 de 23 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 82/2004 de 14 de Abril e Portaria n.º 1049/2004 de 19 de Agosto.

Esta garantia tem um sublimite de indemnização com o valor máximo, previsto na lei, por sinistro e anuidade;

2.2.45. Da deficiente instalação e manutenção de circuitos de exercícios de manutenção, dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto conforme art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 203/2015 de 17 de Setembro; **(Anexo 9)**

Esta garantia tem um sub-limite de indemnização com o valor máximo, previsto na lei, por sinistro e anuidade;

Esta garantia tem um sublimite de indemnização com o valor máximo, previsto na lei, por sinistro e anuidade;

2.2.46. De deficiências na instalação e manutenção de funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimento público, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 309/2002 de 16 de Dezembro, Decreto-Lei nº 141/2009 de 16 Junho e 268/2009 de 29 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 204/2012 de 29 Agosto.

2.3. Podem ser apresentadas propostas individuais para qualquer cobertura indicada no ponto 2.2. As mesmas têm que respeitar o que está definido nos pontos 3, 4, 5, 6, 7 e 8 desta cláusula.

3. EXCLUSÕES

3.1. **Derrogando** tudo o que em contrário estiver estipulado nas Condições Gerais, constituem exclusões únicas do presente contrato de seguros os danos:

- a) Decorrentes de atos ou omissões dolosos do Tomador do seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis;
- b) Causados pelo Tomador do seguro, pelo Segurado ou pessoas seguras em estado de embriaguez ou sob influência de estupefacientes, drogas ou outros produtos tóxicos, desde que esse estado ou influência estejam devidamente comprovados, por decisão judicial transitada em julgado;
- c) Decorrentes de acidentes de viação provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro;
- d) Decorrentes de acidentes provocados por aeronaves e veículos ferroviários;
- e) Decorrentes, direta ou indiretamente, de explosão, libertação de calor ou radiação provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioatividade;
- f) Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Tomador do seguro, quando ao serviço deste e desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação sobre o Acidentes de trabalho;
- g) Causados a quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida por este contrato, bem como ao(s) seu(s) cônjuges, ascendentes e descendentes ou pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo;

- h) As reclamações decorrentes de responsabilidade assumidas por acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;
- i) Atrasos ou incumprimento na efetivação dos trabalhos ou serviços;
- j) Ação de campos eletromagnéticos;
- k) Danos originados por motivos de força maior, nomeadamente, os associados a tremores de terra, furacões, trombas de água, ciclones e quaisquer outros fenómenos naturais de natureza catastrófica;
- l) Os causados e/ou relacionados, direta ou indiretamente, com a remoção, utilização ou exposição ao amianto (asbestos) e seus derivados, quer tenha ou não existido outra causa que tenha contribuído concorrentemente para a produção do dano;
- m) Os danos decorrentes de acidentes devidos a atos de guerra, guerra civil, invasão, lei marcial, hostilidades, revolução, rebelião, insurreição, poder militar usurpado ou tentativas de usurpação do poder, motins, comoção civil, terrorismo, confiscação, requisição e destruição causada por ordem do governo ou quais autoridades públicas ou locais, sabotagem, assaltos, greves, tumultos e “lock-out”;
- n) Os danos decorrentes de reclamações resultantes ou baseadas direta ou indiretamente na aplicação de quaisquer taxas, multas ou coimas, impostas por autoridades competentes, bem como de outras penalidades de natureza sancionatória ou fiscal e por indemnizações fixadas a título de danos punitivos, danos de vingança e exemplares;
- o) Derivados da interrupção ou suspensão total ou parcial da atividade exercida pelo Segurado;
- p) Sofridos pelos próprios produtos do Segurado, bem como os gastos para averiguar e reparar tais danos.
- q) Resultantes de responsabilidade civil profissional de qualquer natureza;
- r) Resultantes de trabalhos ligados a construção, reparação, ampliação de aeroportos, pontes, túneis, metropolitano, portos, marinas, barragens e auto-estradas;
- s) Resultantes da exploração de Clínicas, Hospitais, Centro Médicos e similares;
- t) Resultantes de desaparecimento, furto ou roubo de dinheiro, valores, títulos de crédito, veículos ou outros objetos, sem que tenham sido depositadas nos vestiários do Segurado contra entrega de chapa ou senha de recção;
- u) Resultantes de fornecimento de Gás e Eletricidade, assim como de interrupção do fornecimento de gás e eletricidade.

Único – As exclusões constantes das alíneas a) e h) não serão, no entanto, aplicáveis sempre que se tratem de coberturas indicadas no ponto 2.3, que obriguem a seguro de Responsabilidade Civil, nos termos do artigo 148.º do Decreto-Lei nº 72/2008 de 16 de abril..

3.2. São aceites outras exclusões desde que não contradigam as coberturas referidas no Ponto 2.2 desta cláusula.

4. REGULAÇÃO DE SINISTROS

- 4.1. Além das exclusões indicadas no ponto 3, os sinistros ocorridos, resultantes do enunciado nas alíneas incluídas do ponto 2.3. da cláusula 8ª, cuja responsabilidade seja atribuída ao Município, são assumidos, sem outras exclusões, exceto quando for provado pela seguradora que o sinistro foi causado por negligência grosseira do segurado ou que a origem do sinistro não é da responsabilidade do município;
- 4.2. Sempre que seja participado pelo tomador do seguro ou reclamado pelo terceiro/ lesado a ocorrência de um sinistro, a seguradora deve:
 - 4.2.1. Realizar as peritagens no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a receção da participação se tal tiver lugar;
 - 4.2.2. Decidir da assunção da responsabilidade no prazo de 30 (trinta) dias a contar da peritagem, informando o tomador e o terceiro/lesado, por escrito;
 - 4.2.3. Os prazos previstos nos itens anteriores suspendem-se nas situações em que a seguradora se encontre a levar a cabo uma investigação por suspeita fundamentada de fraude;
 - 4.2.4. Serão pagos ao lesado, os prejuízos resultantes do sinistro independentemente do seu valor.
 - 4.2.5. Serão pagos ao lesado, os prejuízos resultantes de paralisações e perdas indiretas de qualquer natureza devidamente comprovados incluindo o pagamento das despesas/custos que os lesados incorram com a obtenção de autos de ocorrência e outra documentação legal e/ou necessária à instrução dos processos de reclamação, desde que tais reclamações estejam garantidas pelas coberturas da presente apólice de seguro;
 - 4.2.6. Nos sinistros recusados pela seguradora, fica esta obrigada a entregar ao tomador do seguro a fundamentação técnico - jurídica da recusa.

5. OUTRAS CONDIÇÕES

- 5.1. Fica convencionado e aceite por ambas as partes que as condições gerais se consideram derogadas, em tudo o que for contrário ao disposto nos pontos anteriores.

6. FRANQUIA

- 6.1. A franquia contratual não é oponível aos terceiros lesados. Assim, a seguradora emitirá um recibo de reembolso no valor da franquia, ao Município, o qual providenciará o seu pagamento.
- 6.2. Caso sejam efetuadas participações de danos a terceiros, que se materializem em valores inferiores à franquia, a seguradora aceitará, a pedido do Município, a condução do processo. Nestes casos e se existir lugar a pagamento de alguma indemnização a terceiros lesados, repetindo, mesmo de valor inferior à franquia, a seguradora procederá de acordo com o indicado no ponto anterior, cobrando o valor da indemnização paga;
- 6.3. Fica a cargo do segurado, uma franquia de 10% do valor dos prejuízos, com o valor mínimo de 350,00 € e o máximo os 5 000,00€.

7. CAPITAL SEGURO

- 7.1. Um milhão de euros (1.000.000,00€), por anuidade e por sinistro.

8. TAXA DE AJUSTE

8.1. Não se aplica taxa de ajuste.

9. RECEITAS EM 2019

9.1. O valor das receitas do Município foi de 11.339.190,37 €.

10. POPULAÇÃO/ ÁREA

População	N.º Freguesias	Área (km ²)
5884	4	323.50

11. ÍNDICES DE SINISTRALIDADE

2017			2018			Até 30/09/2019		
N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.	N.º Sinist.	Custo Sinist.	Taxa Sinist.
3	3.324,12 €	104 %	1	1.908,17 €	71 %	1	896,45 €	45 %

ANEXOS

Anexo 1 – Ramo de Acidentes de Trabalho - Trabalhadores que exercem Funções Públicas

Anexo 2 – Ramo de Acidentes Pessoais – Autarcas

Anexo 3 – Ramo de Acidentes Pessoais – Utentes das Instalações Desportivas, Culturais, Recreativas e de Lazer Municipais

Anexo 3.1 – Características das Piscinas

Anexo 3.2 – Características dos Pavilhões e do Campo de Futebol

Anexo 4 – Ramo de Acidentes Pessoais – Utentes nas iniciativas Desportivas, Culturais, Recreativas e de Lazer Municipais

Anexo 5 – Ramo de Acidentes Pessoais – CEI, CEI+, PROTEL e PEPAL

Anexo 6 – Ramo Automóvel - Frota

Anexo 7 – Ramo Multirriscos Patrimoniais (Imóveis - Serviços)

Anexo 8 – Ramo Multirriscos Patrimoniais (Imóveis - Habitação)

Anexo 9 – Parques Infantis e outros espaços de Jogo e Lazer

RAMO DE ACIDENTES DE TRABALHO - TRABALHADORES QUE EXERCEM FUNÇÕES PÚBLICAS

(Previsão salarial para 2020)

[illegible]



Pessoas Seguras - Autarcas Eleitos	N.º Pessoas	Valor Ilíquido do salário mensal	Capital Estimado	Morte ou Invalidez Permanente	Incapacidade Temporária	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas de Funeral
Presidente	1			210.000,00 €	140,00 €	21.000,00 €	3.000,00 €
Vereadores em Regime de Permanência	2			210.000,00 €	140,00 €	21.000,00 €	3.000,00 €
Vereadores em Regime de Não Permanência	2			210.000,00 €	140,00 €	21.000,00 €	3.000,00 €
Membros da Assembleia Municipal	19			210.000,00 €	140,00 €	21.000,00 €	3.000,00 €
Total	24						

Indicação do Local	Actividades (modalidades possíveis de prática)	Pessoas Seguras				Dados Adicionais			
		Nº Dias por Semana	N.º diário de Utentes (14 aos 70 anos)	N.º diário Utentes (< 14 anos)	N.º diário Utentes (> 70 anos)	Acompanhamento Técnico Prestado	Sistema de Controlo de Entradas	Nº de Balizas	Nº Tabelas
Pavilhão Gimnodesportivo	Treino Funcional	5	20			sim	sim		
	Ginástica Senior	2	40		20	sim	sim		
	Hip-Hop	2	10	20		sim	sim		
Polidesportivo Municipal		1	6			não	Não	2 Futebol	-
Campo Municipal de Futebol	Futebol	1	6			não	Não	2 Futebol	-
Piscina	Hidroginástica	3	30			sim	sim		
	Hidrosénior	2	10		10	sim	sim		
	Natação de Adultos	2	15			sim	sim		
	AMAS I; II; III	2		100		sim	sim		
	AMAS Adultos	2	20			sim	sim		
	Regime Livre - mensal	5	9			não	sim		
	Classe Bebés	1	5			sim	sim		
	Classe AMA 0 dos 2 a 4 anos	4	7			sim	sim		
	Regime livre diário - sem idade	5	20			não	sim		
	Ginástica descentralizada	2	15			sim			
Sede do clube recreativo os amigos da Carrapateira	Ginástica descentralizada	2	15			sim			
Sede do rancho folclórico e amador do Rogil	Ginástica descentralizada	2	15			sim			
Serominheiro	Ginástica descentralizada	1	10			sim			
Sede do grupo desportivo Odeixeince	Ginástica descentralizada	2	15			sim			

Nota: No Polidesportivo Municipal e Campo Municipal de Futebol as atividades são geridas por uma Associação desportiva, mas ainda assim, segundo o D.L. Nº 271/09 de 1 de outubro, a responsabilidade pode recair sobre o Município, uma vez que este é o proprietário das instalações.

Anexo - 3.1
Características das Piscinas

Freguesia	Localização	Complexo Desportivo - Piscinas	Actividades (modalidades possíveis de prática)	Características						
				Tanques	Largura	Comprimento	N.º de Pistas	Profundidade Máxima	Profundidade Mínima	Temperatura Média
Aljezur	Aljezur	1	Natação e Actividades Aquáticas	2	8	12,5	4	1,3	1,1	30
					12,5	25	6	2,3	2,1	28/29

Anexo - 3.2

Características dos Pavilhões e Campo de Futebol

Freguesia	Localização	Pavilhões/Campo	Actividades (modalidades possíveis de prática)	Características			
				Tipo de Piso	Iluminação Artificial	m2	N.º de Campos
Aljezur	Aljezur	1 Pavilhão Gimnodesportivo	Actividades de Práticas Desportivas	Linóleo	sim	291,46	1
				Parquet de madeira	sim	1392,2	1
		1 Polidesportivo	Desportos Colectivos	Betão	sim	960	1
		1 Campo Municipal	Futebol	Relvado sintético	sim	5997,04	1



RAMO DE ACIDENTES PESSOAIS - UTENTES DAS INICIATIVAS DESPORTIVAS, CULTURAIS, RECREATIVAS E DE LAZE

Indicação do Local	Caracterização das Actividades a desenvolver durante o ano	Total de Pessoas Seguras Ano
Concelho de Aljezur	Rapel, slide, parede de escalada, tiro ao arco, passeios de barco, canoagem, aulas de surf, idas à praia, aulas de natação, Festival da natação, jogos ludico-didaticos, desportos coletivos, ida ao cinema, Festival de dança, passeios pedestres (caminhada) , pedipaper, jogos de orientação, tracking, trail running, workshop de cozinha, artes plásticas, atelier de pinturas, passeio de bicicleta, passeio de cicloturismo e BTT, Karting, torneio de petanca, jogos de cartas tradicionais, torneio de snooker,lanche convívio e baile da 3.ª idade	900

RAMO DE ACIDENTES PESSOAIS (CEI, CEI+, Protel e PEPAL)

Candidaturas	Atividades a desenvolver	N.º Candidaturas anuais	Coberturas			
			Morte ou Incapacidade Permanente Absoluta	Incapacidade Temporária	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas de Funeral
Contrato Emprego Inserção (CEI)	Atividades de pedreiro, servente pedreiro, cantoneiro de limpeza, motorista pesados, auxiliar limpeza, vigilante crianças, serviços administrativos.	30	75.000,00 €	20,00 €	15.000,00 €	2.103,00 €
Contrato Emprego Inserção (CEI+)	Portaria n.º 256/2014, de 10 de dezembro	10	75.000,00 €	20,00 €	15.000,00 €	2.103,00 €
Protel	Limpeza de praias e jardins, limpezas gerais, vigilância de parques, vigilância de praias, acções de sensibilização, iniciativas desportivas e culturais, apoio aos museus, apoio aos turistas, apoio a idosos e crianças, colaboradores/monitores em programas de animação, desporto e tempos livres da autarquia, entre outras de carácter similar.	140	75.000,00 €	20,00 €	15.000,00 €	2.103,00 €
Pepal	Tecnico superior	1	75.000,00 €	30,00 €	15.000,00 €	2.103,00 €

Atrrelados

AV38400	0102	Herculano	EC54754				Reboque	Rebocado pela viatura de matricula 82-50-XN
PBA500	0102	Agrico	Ceifeira Mecânica (limpa bermas)				Acoplado	Acoplado pela viatura de matricula 42-64-UD
L-115153	0102	Galucho					Reboque	Rebocado por viaturas de matricula 82-50-XN
96P 229	0102	Guterth					Reboque	Rebocado por viaturas de matricula 82-50-XN
L-157274	0102	Galucho					Reboque	Rebocado pela viatura de matricula 88-ZD-86
L-162453	0102	ARB					Reboque	Rebocado pela viatura de matricula 88-ZD-86
K5-BR-160	0102	Herculis	Destroçador (Limpa Mato/Bermas)				Acoplado	Acoplado pela viatura de matricula 82-50-XN

RAMO DE MULTIRRISCOS PATRIMONIAIS (Imóveis - Serviços)



Orgão	Freguesia	Local	Tipo de Instalações	Ano de Construção	Actividades (modalidades possíveis de prática)	Características						Meios de Segurança			Capital a Segurar		Fenómenos Sísmicos
						Tipo de Construção	N.º de Pisos	Tipo de Iluminação	Área (m²)	N.º Banheiros	N.º Arrecadações	Vigil. Hum. Permanente	Extintores	Alarme	Imóvel	Recheio	
0103	Aljezur	Posto GNR	Escritório	1937	Serviços	Alvenaria	1	Artificial	209,56			Sim	Sim	Não	140.000,00 €	0,00 €	X
0103	Odeceixe	Posto GNR	Escritório	1971	Serviços	Alvenaria	2	Artificial	253,12			Sim	Sim	Não	170.000,00 €	0,00 €	
02	Aljezur	Alto da Barrada - Espaço Multiusos de Aljezur (EMA)	Pavilhão	2008	Eventos	Estrutura metálica	1	Artificial	3000,00			Não	Sim	Não	1.150.000,00 €	173.970,00 €	X
02	Odeceixe	Odeceixe - Centro Dia	Sala Convívio/Refeições	1992	Sala de Convívio/R	Alvenaria	2	Artificial	103,45			Não	Sim	Não	70.000,00 €	0,00 €	
02	Aljezur	Rua João Dias Mendes - Parque Natural	Serviços	1987	Serviços	Alvenaria	1	Artificial				Não	Sim	Não	105.000,00 €	0,00 €	
02	Aljezur	Rua João Dias Mendes - Projecto Oriente	Serviços	1987	Serviços	Alvenaria	1	Artificial				Não	Sim	Não	105.000,00 €	0,00 €	
02	Bordeira	Carrapateira - Portinho do Forno	Arrecadação	2006	Arrecadação para	Alvenaria	1	Artificial	9,00			Não	Sim	Não	6.500,00 €	53.270,39 €	
02	Aljezur	Armazém Municipal	Armazém	1990	Armazém	Alvenaria	1	Artificial				Não	Sim	Sim	105.000,00 €	177.513,36 €	
02	Aljezur	Oficina Carpintaria	Oficina	1990	Carpintaria	Alvenaria	1	Artificial				Não	Sim	Não	20.000,00 €	0,00 €	
02	Aljezur	Oficina Mecânica	Oficina	1990	Oficina Mecânica	Alvenaria	1	Artificial				Não	Sim	Não	25.000,00 €	0,00 €	
02	Aljezur	Edifício - Rua de Lisboa (Turtulia)	Serviços	0	Serviços	Alvenaria	1	Artificial				Não	Sim	Não	50.000,00 €	0,00 €	
	Aljezur	Depósito Barreiras Vermelhas	Deposito		Deposito Água	Alvenaria	1	Artificial							150.000,00 €		
02	Aljezur	Depósito da Água Covato	Deposito	2015	Deposito Água	Chapa	1					Não	Não	Não	100.000,00 €	5.000,00 €	
02	Odeceixe	Deposito de Água	Deposito	1986	Deposito Água	Alvenaria	1	Artificial				Não	Não	Não	104.000,00 €	10.000,00 €	
02	Aljezur	Depósito da Água - Aldeia Velha	Deposito	1986	Deposito Água	Alvenaria	1	Artificial				Não	Não	Não	160.000,00 €	10.000,00 €	
	Bordeira	Deposito Água - Bordeira	Deposito		Deposito Água	Alvenaria	1	Artificial							100.000,00 €		
	Carrapateira	Deposito Água - Carrapateira	Deposito		Deposito Água	Alvenaria	1	Artificial							100.000,00 €		
	Aljezur	Deposito Água - Castelo	Deposito		Deposito Água	Alvenaria	1	Artificial							100.000,00 €		
	Bordeira	Deposito Água - Chaparral	Deposito	2004	Deposito Água	Alvenaria	1	Artificial							153.000,00 €		
	Aljezur	Deposito Água - Espartal	Deposito		Deposito Água	Alvenaria	1	Artificial							100.000,00 €		
	Aljezur	Deposito Água - Vale da Telha	Deposito		Deposito Água	Alvenaria	1	Artificial							100.000,00 €		
	Aljezur	Deposito Água - Vale da Telha (2 Unid)	Deposito	2004	Deposito Água	Alvenaria	1	Artificial							205.000,00 €		
	Aljezur	Deposito Água - Vales	Deposito		Deposito Água	Alvenaria	1	Artificial							100.000,00 €		
	Aljezur	Deposito Água - Vila, Aljezur	Deposito		Deposito Água	Alvenaria	1	Artificial							100.000,00 €		
02	Aljezur	Mercado Municipal	Mercado	1982	Mercado Municipal	Alvenaria	1	Artificial	486,25			Não	Sim	Não	320.000,00 €	0,00 €	
02	Rogil	Mercado - Maria Vinagre	Mercado	2001	Mercado	Alvenaria	1	Artificial	246,10			Não	Sim	Não	180.000,00 €	0,00 €	
02	Bordeira	Mercado - Carrapateira	Mercado	1996	Mercado	Alvenaria	1	Artificial	207,60			Não	Sim	Não	136.000,00 €	0,00 €	
02	Odeceixe	Mercado - Odeceixe	Mercado	1997	Mercado	Alvenaria	1	Artificial	328,16			Não	Sim	Não	215.000,00 €	0,00 €	

02	Rogil	Junta de Freguesia e Mercado	Serviços / Mercado	1991	Mercado/Serviços	Alvenaria	2	Artificial	317,60			Não	Sim	Não	210.000,00 €	0,00 €	
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 13	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,40			Não	Não	Não	525.000,00 €	0,00 €	X
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 14	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,40			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 18	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,40			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 19	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,40			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 20	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,40			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 21	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,40			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 22	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,40			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 23	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,40			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 24	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,40			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 25	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,40			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 26	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,40			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 27	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,40			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 1	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,68			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 2	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	23,75			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 3	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,40			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 4	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,68			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 5	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	23,75			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 6	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,40			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 7	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,68			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 8	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	23,75			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 9	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,40			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 10	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,68			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 11	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	23,75			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 12	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,40			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 15	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,68			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 16	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	23,75			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Praia da Arrifana -Arrecadações dos pescadores, Nº 17	Arrecadação	2002	Arrecadação	Alvenaria	1	Artificial	24,39			Não	Não	Não			
02	Aljezur	Edifício Centro Convívio - Arrecadação dos Pescadores da Arrifana	Sala de estar	2002	Sala de Convívio	Alvenaria	1	Artificial	152,40			Não	Sim	Não	73.000,00 €	0,00 €	
02	Aljezur	Praceta Vila Kürnach - Serviços Sociais	Serviços	1994	Serviços	Alvenaria	1	Artificial	109,00			Não	Sim	Não			
02	Aljezur	Praceta Vila Kürnach - Ensino Especial	serviços	1994	Serviços	Alvenaria	1	Artificial	109,00			Não	Sim	Não	73.000,00 €	0,00 €	
02	Aljezur	Pavilhão- Igreja Nova	Armazém de Viaturas	1998	Armazém de Viatura	Alvenaria	1	Artificial	1276,00			Não	Sim	Não	300.000,00 €	947.731,48 €	

02	Aljezur	Junta de Freguesia de Aljezur	Serviços	1981	Serviços	Alvenaria	1	Artificial	243,10			Não	Sim	Não	160.000,00 €	0,00 €	
02	Aljezur	R. João Dias Mendes nº 48 - Associação Defesa do Património	Serviços	1984	Serviços	Alvenaria	2	Artificial				Não	Sim	Sim	100.000,00 €	7.356,38 €	
03	Aljezur	Edifício Paços do Concelho	Serviços	1989	Serviços	Alvenaria	2	Artificial	1170,04			Não	Sim	Não	760.000,00 €	1.124.717,19 €	X
04	Aljezur	Museu Municipal/ Museu Arqueologico/ Museu Etnografico	Museu	1920	Exposições	Alvenaria	2	Artificial	319,00			Não	Sim	Sim	210.000,00 €	63.000,00 €	
04	Aljezur	Museu Antoniano	Museu	1978	Exposições	Alvenaria	1	Artificial	92,00			Não	Sim	Sim	62.000,00 €	25.000,00 €	X
04	Bordeira	Museu do Mar e da Terra da Carrapateira	Museu	2003	Exposições	Alvenaria	2	Artificial	649,40			Não	Sim	Não	430.000,00 €	277.677,52 €	
04	Aljezur	Galeria de Exposições "Espaço +"	Galeria	1982	Exposições	Alvenaria	1	Artificial	236,80			Não	Sim	Sim	155.000,00 €	197.738,91 €	X
04	Aljezur	Casa Museu "José Cercas"	Museu	1920	Exposições	Alvenaria	5	Artificial				Não	Sim	Sim	80.000,00 €	250.000,00 €	
04	Aljezur	Campo de Futebol Sintético - Vedação e Contenção de Taludes - Balneários	C. Futebol e Balneários	2009	Futebol / Balneário	Piso Sintetico - Alvenaria	1	Artificial	(226m2 Balneários)	3	1	Não	Sim	Não	425.000,00 €	0,00 €	
04	Aljezur	Polidesportivo	C. Futebol, Balneários e B	2009	Actividades Despo	Betão	1	Natural	960,00	2	1	Não	Sim	Não	580.000,00 €	0,00 €	
04	Odeceixe	Serro Igreja - Moinho	Moinho	1999	Moagem	Alvenaria	1	Artificial	38,16			Não	Sim	Não	100.000,00 €	0,00 €	
04	Aljezur	Pavilhão Desportivo	Sala Multi-actividades	1994	Atividades de práticas desportivas	Alvenaria	1	Artificial	4593,00	10	6	Não	Sim	Não	1.750.000,00 €	249.437,66 €	X
04	Aljezur	Piscinas Municipais	Escritório/Tanques Água	2008	Natação e atividades aquáticas	Alvenaria	1	Artificial	2747,98	7	3	Não	Sim	Não	2.315.432,21 €	321.703,11 €	X
04	Odeceixe	Escola EB1	Escola	2008	Escola	Alvenaria	1	Artificial	680,40			Não	Sim	Sim	525.000,00 €	78.938,32 €	X
04	Odeceixe	Antiga Escola Primária - Odeceixe	Serviços	1928	Escola	Alvenaria	1	Artificial	207,60			Não	Sim	Não	135.000,00 €	0,00 €	
04	Odeceixe	Antiga Cantina Escolar da Escola Primária de Odeceixe	Cantina	1928	Cantina	Alvenaria	1	Artificial	146,18			Não	Sim	Não	100.000,00 €	0,00 €	
04	Odeceixe	Jardim Infância de Odeceixe	Jardim Infância	2001	Escola	Alvenaria	1	Artificial	279,50			Não	Sim	Não	180.000,00 €	12.101,00 €	X
04	Aljezur	Cantina Escolar	Cantina	1975	Cantina	Alvenaria	1	Artificial	197,55			Não	Sim	Não	127.000,00 €	28.500,00 €	
04	Bordeira	Antiga Escola Primária - Carrapateira	Serviços	1928	Escola	Alvenaria	1	Artificial	172,70			Não	Sim	Não	120.000,00 €	0,00 €	
04	Rogil	Antiga Escola Primária de Azia	Serviços	1940	Escola	Alvenaria	1	Artificial	170,00			Não	Sim	Não	115.000,00 €	0,00 €	
04	Aljezur	Antiga Escola Primária dos Vales	Serviços	1940	Escola	Alvenaria	1	Artificial	163,70			Não	Sim	Não	110.000,00 €	0,00 €	
04	Rogil	Antiga Escola Primária de Maria Vinagre	Serviços	1940	Escola	Alvenaria	1	Artificial	87,34			Não	Sim	Não	100.000,00 €	0,00 €	
04	Rogil	Escola Primária de Rogil	Escola	2005	Escola	Alvenaria	1	Artificial	266,99			Não	Sim	Não	200.000,00 €	16.308,32 €	
04	Rogil	Jardim de Infancia de Rogil	Jardim Infância	1986	Escola	Alvenaria	1	Artificial	281,60			Não	Sim	Sim	210.000,00 €	9.658,83 €	
04	Bordeira	Vilarinha - Antiga Escola Primária de Vilarinha	Serviços	1940	Escola	Alvenaria	1	Artificial	89,50			Não	Sim	Não	100.000,00 €	0,00 €	
04	Aljezur	Edifício Paços do Concelho 2 (antiga escola C+S)	Serviços	1989	Serviços	Alvenaria	2	Artificial	1336,00			Não	Sim	Não	1.000.000,00 €	207.617,41 €	X
04	Bordeira	Bordeira - Antiga Escola Primária	Serviços	1928	Serviços	Alvenaria	1	Artificial	172,70			Não	Sim	Não	115.000,00 €	0,00 €	
04	Aljezur	Alfambras - Antiga Escola Primaria das Alfambras	Serviços	1940	Escola	Alvenaria	1	Artificial	109,00			Não	Sim	Não	150.000,00 €	0,00 €	X
04	Aljezur	Peso - Antiga Escola Primária de Peso	Serviços	1940	Escola	Alvenaria	1	Artificial	90,00			Não	Sim	Não	85.000,00 €	0,00 €	
04	Aljezur	Barranco da Vaca - Antiga Escola Primária	Serviços	1940	Escola	Alvenaria	1	Artificial	170,00			Não	Sim	Não	111.000,00 €	0,00 €	
04	Aljezur	Rua João Dias Mendes nº 46 - (Associação Cosa Nostra - Lavrar o Mar)	serviços	1958	Arquivo	Alvenaria	1	Artificial				Não	Sim	Sim	55.000,00 €	0,00 €	
04	Aljezur	Arquivo Municipal Rua João Dias Mendes - Por cima da Associação Defesa de Património nº 46 A	serviços	1958	Arquivo	Alvenaria	1	Artificial				Não	Sim	Sim	55.000,00 €	0,00 €	
04	Aljezur	Serominheiro - Antiga Escola Primária de Serominheiro	Serviços	1940	Escola	Alvenaria	1	Artificial	89,86			Não	Sim	Não	110.000,00 €	1.355,00 €	X
	Aljezur	Escola EBI/JI de Aljezur (EBIIntegrada/Jardim Infância)	Edifício não pertence ao Município												- €	22.298,51 €	
Totais															16.380.932,21 €	4.270.893,39 €	

* Paines Solares no valor de 215432,21 € incluído no capital do edifício.



Anexo - 8

RAMO DE MULTIRRISCOS PATRIMONIAIS (Imóveis - Habitação)

Orgão	Freguesia	Local	Tipo de Instalações	Ano de Construção	Actividades (modalidades possíveis de prática)	Características						Capital a Segura		Riscos Eléctricos	Fenómenos Sísmicos
						Tipo de Construção	N.º de Pisos	Tipo de Iluminação	Área (m²)	N.º Balneários	N.º Arrecadações	Imóvel	Recheio		
02	Aljezur	Apartamento - Bloco B Fracção U- Barradas	Habitação	2003	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	152,80			1.100.000,00 €	0,00		X
02	Aljezur	Apartamento - Bloco B Fracção V- Barradas	Habitação	2003	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	115,00						
02	Aljezur	Apartamento - Bloco B Fracção X- Barradas	Habitação	2003	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	171,54						
02	Aljezur	Apartamento - Bloco B Fracção Z- Barradas	Habitação	2003	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	92,40						
02	Aljezur	Apartamento - Bloco B Fracção AA- Barradas	Habitação	2003	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	93,00						
02	Aljezur	Apartamento - Bloco B Fracção AB- Barradas	Habitação	2003	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	93,50						
02	Aljezur	Apartamento - Bloco B Fracção AC- Barradas	Habitação	2003	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	93,00						
02	Aljezur	Apartamento - Bloco C Fracção AJ- Barradas	Habitação	2003	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	152,83						
02	Aljezur	Apartamento - Bloco C Fracção AL- Barradas	Habitação	2003	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	147,99						
02	Aljezur	Apartamento - Bloco C Fracção AM- Barradas	Habitação	2003	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	171,54						
02	Aljezur	Apartamento - Bloco C Fracção AN- Barradas	Habitação	2003	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	92,40						
02	Aljezur	Apartamento - Bloco C Fracção AO- Barradas	Habitação	2003	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	93,00						
02	Aljezur	Apartamento - Bloco C Fracção AP- Barradas	Habitação	2003	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	93,50						
02	Aljezur	Apartamento - Bloco C Fracção AQ- Barradas	Habitação	2003	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	93,00						
02	Odeceixe	Urb. Dos Malhadais - Lote 5	Habitação	2004	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	126,00			118.000,00 €			X
02	Aljezur	Rua da Boa Vista, 19 - Art. 1779	Habitação	1953	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	56,00			60.000,00 €			
02	Aljezur	Rua do Norte, n.º1 - Art. 8901	Habitação	1951	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	50,00			45.000,00 €			
02	Aljezur	Rua do Norte, n.º3 - Art. 8902	Habitação	1951	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	40,00			35.000,00 €			
02	Aljezur	Rua Bairro Novo, 1 - Art. 1455	Habitação	1951	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	72,00			60.000,00 €			
02	Aljezur	Bairro CAR n.º 11	Habitação	1978	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	132,90			88.000,00 €			
02	Aljezur	Bairro CAR n.º 14	Habitação	1978	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	111,40			74.000,00 €			
02	Aljezur	Bairro CAR n.º 16	Habitação	1978	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	91,20			68.000,00 €			

02	Aljezur	Rua Costa do Castelo - Art. 1820,64,65	Habitação	1937	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	191,00			125.000,00 €			
02	Aljezur	Aljezur - Rua João Dias Mendes - Por cima da Associação Defesa de Património nº 46 B	Habitação	1958	Habitação	Alvenaria	1	Artificial				55.000,00 €			
02	Aljezur	Aljezur - Rua João Dias Mendes - Por cima da Associação Defesa de Património nº 46 C	Habitação	1958	Habitação	Alvenaria	2	Artificial				55.000,00 €			
02	Aljezur	Rua João Dias Mendes, N.º 16 (Artº 2734)	Habitação	1958	Habitação	Alvenaria	2	Artificial	63,00			60.000,00 €			
02	Aljezur	Rua João Dias Mendes, N.º 26	Habitação	1958	Habitação	Alvenaria	2	Artificial	142,00			93.000,00 €			
02	Aljezur	Rua Monsenhor Manuel Francisco Pardal, bloco n.º 8 - 1º Dt.º	Habitação	1989	Habitação	Alvenaria	º anda	Artificial	107,20			71.000,00 €			
02	Aljezur	Rua Monsenhor Manuel Francisco Pardal, bloco n.º 1 - r/c esq.º	Habitação	1989	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	89,80			60.000,00 €			
02	Aljezur	Rua Monsenhor Manuel Francisco Pardal, bloco n.º 1 - Fracção B, r/c Dtº	Habitação	1989	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	77,10			50.000,00 €			
02	Rogil	Bloco n.º 7	Habitação	1989	Habitação	Alvenaria	2	Artificial	130,00			85.000,00 €			
02	Aljezur	Rua Centro de Saúde, Bloco A, r/c - Igreja Nova	Habitação	1980	Habitação	Alvenaria	1	Artificial	111,50			123.000,00 €			
02	Aljezur	Rua Centro de Saúde, Bloco A, 1º - Igreja Nova	Habitação	1980	Habitação	Alvenaria	º anda	Artificial	76,51						
02	Aljezur	Bairro 25 de Abril - Bloco B1 Fracção A -	Habitação	1999	Habitação	Alvenaria	2	Artificial	77,50			605.000,00 €			
02	Aljezur	Bairro 25 de Abril - Bloco B1 Fracção B -	Habitação	1999	Habitação	Alvenaria	2	Artificial	77,50						
02	Aljezur	Bairro 25 de Abril - Bloco B2 Fracção A -	Habitação	1999	Habitação	Alvenaria	2	Artificial	77,50						
02	Aljezur	Bairro 25 de Abril - Bloco B7 Fracção A -	Habitação	1999	Habitação	Alvenaria	2	Artificial	76,63						
02	Aljezur	Bairro 25 de Abril - Bloco B8 Fracção B -	Habitação	1999	Habitação	Alvenaria	2	Artificial	76,63						
02	Aljezur	Bairro 25 de Abril - Lote B 10 Fracção B -	Habitação	1999	Habitação	Alvenaria	2	Artificial	78,37						
02	Aljezur	Bairro 25 de Abril - Lote B 2 Fracção B -	Habitação	1999	Habitação	Alvenaria	2	Artificial	77,50						
02	Aljezur	Bairro 25 de Abril - Lote B 3 Fracção B -	Habitação	1999	Habitação	Alvenaria	2	Artificial	77,50						
02	Aljezur	Bairro 25 de Abril - Lote B 10 Fracção A -	Habitação	1999	Habitação	Alvenaria	2	Artificial	77,50						
02	Aljezur	Bairro 25 de Abril - Lote B 7 Fracção B -	Habitação	1999	Habitação	Alvenaria	2	Artificial	77,50						
02	Aljezur	Bairro 25 de Abril - Lote B 9 Fracção B -	Habitação	1999	Habitação	Alvenaria	2	Artificial	78,37						
02	Aljezur	Bairro 25 de Abril - Lote B 3 Fracção A -	Habitação	1999	Habitação	Alvenaria	2	Artificial	77,50						
Total												3.030.000,00 €			

PARQUES INFANTIS E OUTROS ESPAÇOS DE JOGO E LAZER

Freguesia	Localização	Designação
Aljezur	Bairro 25 de Abril	Parque Infantil
	Bairro CAR	Parque Infantil
	Vale da Telha	Parque Infantil
	Jardim Urbano - Igreja Nova	Parque Infantil
Bordeira	Escola Primária - Carrapateira	Parque Infantil e Campo de Jogos
Odeceixe	EB1 de Odeceixe	Parque Infantil
	Urb. Malhadaís	Parque Infantil
	Jardim de Infância	Parque Infantil
Rogil	Mercado M. Vinagre	Parque Infantil
	Escola Primária / Jardim de Infância - Rogil	Espaços Jogos e Recreio
	Escola Primária - Maria Vinagre	Espaços Jogos e Recreio
	Rua Armando Mendes	Parque Infantil
Aljezur	Parque da Cruz	7 Equipamentos Geriátricos
	Bairro CAR	2 Equipamentos Geriátricos
	Junto ao Edifício da Câmara Municipal	6 Equipamentos Geriátricos
Rogil	Largo principal em M ^a Viangre	9 Equipamentos Geriátricos
	Antiga escola em M ^a Vinagre	
	Parque de Merendas em M ^a Viangre	
	Espaço Público junto à Rua Armando Mendes no Rogil	9 Equipamentos Geriátricos
Odeceixe	Ao longo da Variante	9 Equipamentos Geriátricos
Bordeira	Talude da Antiga Escola	9 Equipamentos Geriátricos